

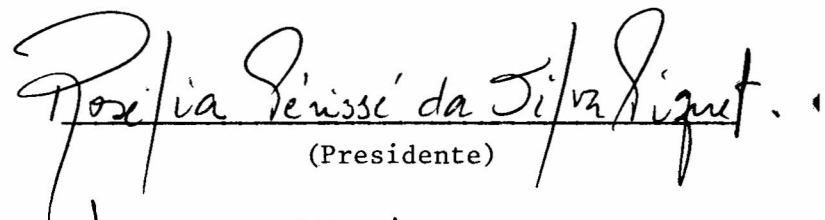
PARQUE PROLETÁRIO DA GÁVEA

UMA EXPERIÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR

Ney dos Santos Oliveira

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS. (M.Sc)

Aprovado por:


(Presidente)





RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

JULHO DE 1981

OLIVEIRA, NEY DOS SANTOS

Parque Proletário da Gávea - Uma experiência de Habitação Popular (Rio de Janeiro) 1981.

VI, 113 p. 29,7cm. (COPPE-UFRJ, M. Sc, Planejamento Ur bano, 1981.

Tese - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. Habitação Popular. 2. Favelas. I - COPPE/UFRJ - Tí tulo (Série)

À memória de minha mãe Dalila, e a
meu pai Miranda, que me ensinaram
a aprender as coisas do mundo.

Agradecimentos,

Este trabalho somente pode ser realizado, em função da colaboração de um grande número de pessoas, algumas das quais gostaríamos de agradecer.

1) À socióloga Lélia Sant'Anna Campos dos Santos Oliveira, minha mulher, com quem partilhei dúvidas e colhi incentivos;

2) Aos ex-moradores do Parque Proletário da Gávea, em especial à minha irmã Marlene e o pessoal do Grupo 1 (D. Luzia, Seu Roldão, Dona Bráulia, falecido Seu Vitorino, minha madrasta Zula, Pelé, Didiu, Geraldo etc. ...);

3) Ao meu orientador, arquiteto Luiz Guilherme do Couto Corrêa;

4) À socióloga Maria Laís da Silva Pereira e à arquiteta Marlice Nazareth Soares de Azevedo, pelo estímulo amigo e participação profissional;

5) À Srta. Maria Coeli de Moura, que nos forneceu documentação de seu pai, Dr. Vitor Tavares de Moura;

6) À psicóloga Dra. Ofélia Boisson Cardoso, pelo exemplo e participação constante na minha formação intelectual;

...

7) Ao amigo Antonio Carlos Bandeira de Melo Alonso, pelas discussões e ajuda na correção do texto;

8) Ao Dr. José Salazar Filho, pela prova de confiança, indicando-me para realizar o curso que deu origem ao trabalho ora apresentado;

9) Aos arquitetos e ex-alunos, Maria Rita Patrício Diaz, Luiz Alberto Amarantes Simões, Augusto Cezar de Farias Alves e Marlene Llama Mora, pela contribuição.

E, finalmente, aos meus colegas de trabalho, no BNH, em especial Raul Barbosa Filho, Laís Lobo Coelho, Marcos Tosta de Sá e à arquiteta Marlene Fernandez.

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Introdução.

CAPÍTULO II - A Favela na paisagem urbana.

1. Origem e definição.
2. A inserção da favela no processo geral de crescimento urbano.
3. A localização da favela e a cidade.

CAPÍTULO III - A Ação do Governo.

1. A política habitacional no surgimento das favelas (1940/45).
2. A primeira experiência de ataque ao problema das favelas.
3. A Fundação da Casa Popular.
4. Os anos 50.
5. A política habitacional com ênfase na habitação popular.

CAPÍTULO IV - O Parque Proletário da Gávea - VIDA E MORTE.

1. O nascimento.
2. A implantação do Parque.
3. A vida no Parque:
 - 3.1. Os primeiros anos.
 - 3.2. O período pós-Estado Novo.
4. Os anos 60 e a Remoção.

CAPÍTULO V - O Espaço e sua utilização.

1. O Espaço comum.
2. As transformações ocorridas e as estratégias para fugir ao controle.
3. O espaço privado.

CAPÍTULO VI - Conclusões.

1. A Favela.
2. O Parque Proletário.
3. O Aspecto espacial.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi inicialmente concebido, quando completávamos os créditos necessários à obtenção do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, e partiu do meu interesse pessoal em querer observar e melhor conhecer o significado de determinados fenômenos acontecidos em um espaço social, sobre o qual, além da vivência, tive oportunidade de reunir conhecimentos científicos ao longo da vida acadêmica e profissional.

A dificuldade de estabelecer uma práxis, proveniente da soma de minhas experiências acadêmicas e profissional, que pudesse, efetivamente, contribuir para a solução de alguns dos problemas típicos que assolam a totalidade do mundo subdesenvolvido, fez com que, na escolha do tema a ser estudado estivesse incluído o estudo do significado da atuação efetiva do Poder Público, diante de uma situação de fato, e características de nossas cidades pobres e superpovoadas.

Portanto, o significado deste trabalho inclui, não somente a avaliação da atuação do Poder Público, do Estado como entidade mas, também, a atuação do planejador, do profissional envolvido com a problemática habitacional e urbana e, em última análise, a nossa própria atuação.

Para atingir o objetivo proposto, escolhemos como unidade de estudo o Parque Proletário da Gávea, aglomeração existente até 1973 na Rua Marques de São Vicente, onde vivemos de 1947 a 1963.

...

A escolha do Parque Proletário como unidade de estudo nasceu a partir da consciência adquirida de que o Planejamento Urbano é matéria que engloba não apenas as técnicas mas que, também, necessita de um certo envolvimento de seu agente como o meio que o circunda, que se manifesta através de um conhecimento dos aspectos sociais que o cercam. Daí a minha escolha de um "locus" sobre o qual tivesse algum conhecimento prévio, seja empiricamente, seja através de estudos.

Metodologia aplicada:

Inicialmente, teríamos que definir métodos e/ou técnicas que nos permitissem atingir os objetivos, além de procurar definir prioridades para as respostas que estávamos buscando e a primeira parte deste processo foi conhecer, o mais amplamente possível, todo o universo do tema "favela".

Essa primeira forma de abordagem, sem que inicialmente tivéssemos constituído hipóteses definitivas, foi extremamente preciosa porque posteriormente conseguimos verificar especificidades na constituição e formação da unidade escolhida para estudo.

Dentro desse enfoque, o desenvolvimento do trabalho se deu da seguinte forma: De início, procedemos a verificação e estudo do que significou a favela no espaço urbano, suas características principais e o seu desenvolvimento ao longo dos anos, a partir do momento em que começou a se delinear na cidade, até o momento em que se intensificaram os programas de remoção no Rio de Janeiro.

...

Definida a sua origem, procuramos recriar o que significou a vida deste núcleo até a sua extinção, utilizando parte de nossa própria memória, depoimentos de moradores, de profissionais que trabalharam no local, além de jornais e dos poucos textos específicos sobre o núcleo estudado. Nesta fase, buscamos não somente contextualizar as observações verificadas com os elementos estudados nos capítulos anteriores mas, também, identificar as alterações físicas ocorridas e os diversos usos ali estabelecidos, tanto de dentro do núcleo como dele para fora.

A constatação de todos os elementos fez-nos verificar que além da análise de um determinado programa num determinado período (o de remoção), havíamos realizado uma análise de todos os elementos que significaram o nascimento, a vida e a morte de um determinado núcleo característico da população pobre em nosso país.

Algumas das conclusões provenientes das observações recolhidas, conforme o quinto e o último capítulos, foram relacionadas com o momento atual, tentando uma contribuição para uma melhor compreensão do fenômeno e a ação de todos os participantes do processo, em especial, aqueles como nós planejadores urbanos.

Além de, na presente introdução, explicitarmos os métodos que utilizamos no desenvolvimento de nossos estudos, é conveniente, também, explicitar a nossa própria ação neste processo.

Uma primeira indagação que surge ao longo de qualquer estudo sobre quaisquer assuntos que envolvam a população de baixa renda é a seguinte: Por que baixa renda? Por que pobre?

...

Embora possam parecer, a princípio, indagações vinculadas menos às ciências do que às angústias do ser humano (e o são, em parte, o que procuramos assumir no desenvolvimento do trabalho), acreditamos que qualquer estudo que envolva o conhecimento do homem envolverá obrigatoriamente o conhecimento das relações existentes dentro do Sistema e suas manifestações. Daí as referências sociais e políticas de nosso trabalho.

Ainda que não abandonando os condicionamentos de nossa formação profissional, verificamos ser irrelevante estudar o problema habitacional de uma população pobre, a partir exclusivamente do aspecto especial; e que o mais sensato, e que de alguma forma contribuiria para uma melhor compreensão disto tudo, seria estudar todo o jogo de forças vivas e atuantes que determinaram a localização, o uso, a determinação e as transformações deste espaço estudado.

Há, portanto, ao longo de nosso trabalho, a utilização de alguns elementos da técnica antropológica e política de observação. Em alguns momentos há referências aos depoimentos e observações provenientes da população estudada; em outras usamos os resultados provenientes da análise política dos acontecimentos entre os diversos atores, sem esquecermos no entanto, de buscar a identificação de alguns fenômenos, observados através de dados quantitativos.

CAPÍTULO II

A FAVELA NA PAISAGEM URBANA

1 - Origem e definição.

A origem da palavra favela está ligada a uma história de luta e resistência. Diversos autores relacionam-na com a guerra de Canudos, já que Favela era a denominação de um morro junto ao Monte Santo, onde se erigia o arraial de Canudos, reduto de Antonio Conselheiro. Outra possível origem seria um tipo de arbusto encontrado no nordeste, denominado Faveleiro ou faveleira, e que se caracteriza pela sua grande resistência às secas e pela existência de um líquido cáustico, usado popularmente para a cura de cortes, contusões ou feridas.

A ligação que se faz destes elementos, reconhecidos por diversos autores, como os que originaram o nome de favela e a própria história da favela é para nós imediata.

É a Favela o espaço escolhido por aqueles que tem que lutar pela sua sobrevivência, no seu dia-a-dia, numa permanente batalha, contra forças infinitamente superiores, como a daqueles que lutaram no Arraial de Canudos.

É o favelado, como o faveleiro, que cheio de espinhos e altamente resistente, encontra em si mesmo e através de seu cáustico suor, forças para continuar essa luta e curar suas próprias feridas.

...

localização das novas indústrias surgidas em função da implantação da indústria de bens de consumo não duráveis. Em função disto, a cidade adquire nova configuração pelo seu crescimento desordenado. (1)

Neste período, a cidade do Rio de Janeiro foi a que se mais beneficiou das atenções do Governo Federal, em função dos investimentos governamentais, tornando-se o maior mercado de trabalho do país e canalizando, conseqüentemente, a maior parte do fluxo rural que se iniciou a partir das transformações ocorridas na realidade brasileira em 1930.

No âmbito municipal, a continuidade do Governo Vargas dá-se através da escolha do nome de Henrique Dodsworth para interventor do Distrito Federal durante o período 1937/1945 e que se vem a constituir no período mais longo da administração da Cidade do Rio de Janeiro.

O período Dodsworth caracterizou-se pela execução de um grande número de obras públicas que vão, inclusive, modificar o perfil de ocupação da cidade, principalmente pela expansão ao longo da Avenida Brasil, eixo de penetração rodoviária ao centro.

A industrialização que se iniciava provocou o surgimento de um maior número de fábricas na Capital do País e, conseqüentemente, maior oferta de empregos, atraindo para a cidade novos contingentes de migrantes, cuja procura por habitação muito contribuiu para o "boom" imobiliário verificado a partir de 1940.

...

- (1) Observar sobre crescimento da cidade, em GEIGER, Pedro - Evolução da Rede Urbana Brasileira+Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos-MEC, 1963.
Bernardes, Lysia - Expansão do Espaço Urbano no Rio de Janeiro - Revista Brasileira de Geografia, Rio, 1961.

O aumento do volume da construção civil, principalmente nos bairros da Zona Sul da cidade, gerou também grande demanda de mão-de-obra para os migrantes menos qualificados, os quais, devido a falta de opção para moradia, em função do custo da terra que se elevava, foram se instalar, preferencialmente, em favelas, inicialmente ao redor do centro da cidade, estendendo-se posteriormente, aos bairros da Zona Sul e da Zona Norte, que ofereciam as vantagens da boa localização em relação ao mercado de trabalho.

É conveniente assinalar, no entanto, que as características físicas do sítio do Rio de Janeiro, facilitaram em muito, a proliferação de favelas, já que a existência de áreas de urbanização mais difíceis (morros, terrenos baixos, mangues, leitos ou margens de rios inundáveis) junto às áreas edificadas, permitiu o seu abandono em favor das melhor situadas que possibilitavam uma edificação imediata, induzindo portanto à ocupação daquelas pelas famílias carentes de recursos.

O trabalho pioneiro de Maria Hortensia do Nascimento e Silva, (2) já apontava: "A causa principal de formação das favelas é como se pode compreender facilmente, a miséria, em todos os seus aspectos ... Há porém outros fatores que também contribuem para a formação das favelas, 111 ... 1º) A valorização dos terrenos 2º) Obras 3º) As fábricas"

À parte estas considerações, o conceito de favela a ser utilizado no texto é aquele definido pelo Censo, dentro do qual se enquadra a nossa unidade de estudo.

...

(2) Silva, Maria Hortensia N. - Impressões de uma Assistente sobre o trabalho na favela - gráfica SAUER - Rio, 1942.

Os dados deste Recenseamento, no entanto, foram divergentes com os colhidos no Recenseamento Geral de 1950, em função do número total de favelas definidas pelo Recenseamento Geral e aquele determinado no Censo pela Prefeitura. (6)

Esses múltiplos critérios deixam margem a dúvidas de interpretação, e o que se depreende é que o número total de favelas talvez fosse maior do que aquele detectado no Censo. A propósito disso, o Serviço Nacional de Febre Amarela indicava em 1949, um total de 89.600 barracos com 340.000 favelados no Rio de Janeiro, estimativa bastante acima dos dados oficiais do Censo de 1950 que determinavam um total de 44.000 barracos e 169.305 moradores, distribuídos em 59 favelas, cujo tamanho médio de família era de 3,9 membros.

O Censo Demográfico de 1960 detectou um aumento populacional de 39,1% no decênio (a população do Estado da Guanabara passa a ser de 3.307.163 habitantes), quando na década anterior havia sido de 34,7%. Foram detectadas 147 favelas com 335.063 habitantes, o que representou um aumento de 97% em relação ao decênio anterior em seus habitantes. Esta população passa a representar 10,2% da população total da cidade.

A composição etária continuou a ser predominantemente jovem (53,1% da população favelada possuía menos de 20 anos) e verificou-se um aumento no número de favelados nativos (45,7% da população) indicando um certo enraizamento, uma alta taxa de natalidade e uma diminuição proporcional no número de migrantes, cuja maioria ainda provinha dos Estados do Leste (Rio de Janeiro com 17,0%, Minas Gerais com 11,5% e Espírito Santo com 4,8%).

...

(6) Para maiores detalhes das divergências verificar Parisse, Lucien - "Favelas do Rio de Janeiro - Evolução - Sentido-CENPHA, Rio, 1969-pp.97/112."

Parisse, em seu estudo locacional das favelas do Rio de Janeiro, estabeleceu sua localização, na década de 40, conforme o seguinte:

1. Nos distritos mais urbanizados do Centro, de Estácio de Sá, de Laranjeiras (com as circunscrições da Glória e de Santa Tereza) e também da Zona Sul - Copacabana e Lagoa.
2. Nos distritos industrializados da Zona Sul - Botafogo (circunscrições da Gávea e Lagoa) e da Zona Norte - Tijuca e São Cristóvão.

A classificação determinada pelo autor demonstra que a localização das favelas obedecia, já no seu início, principalmente, ao fator emprego, já que era nos distritos mais urbanizados e nos industriais que a oferta de empregos era maior, seja através dos serviços que a classe média emergente solicitava, seja através das novas fábricas instaladas, ou até mesmo do grande número de obras que representaram o início da ocupação dos bairros da Zona Sul.

Segundo o Censo de 1950, as favelas então se dividiam em 3 grupos de bairros, com ligeira predominância nos bairros suburbanos (38,1%) vindo em seguida os Bairros da Zona Norte (28,5%), da Zona Sul (25,4%) e do Centro com apenas 3%. A maior percentagem se localizava no Engenho Novo (23%) e Gávea (14%).

Em 1960, a situação das favelas em relação às Zonas censitárias apresentava o seguinte quadro: (14)

...

(14) Dados obtidos em Parisse, Lucien, op. cit.

Localização das Favelas do Rio de Janeiro, conforme as Zonas Censitárias em 1960.

ZONAS CENSITÁRIAS	FAVELADOS	
	Número	%
Zona Sul	65.910	19,6
Centro-Tijuca	75.445	21,8
Central do Brasil	61.727	18,3
São Cristóvão-Leopoldina	111.341	33,3
Periferia	20.640	6,0
T O T A L	335.063	100,0

O que se verificou foi como que uma inversão na importância relativa da concentração locacional das Favelas, assumindo a liderança a Zona de São Cristóvão-Leopoldina com 33,3%, seguida da faixa Centro-Tijuca com 21,8%, a Zona Sul com 19,6% e a Central do Brasil com 18,3%. As favelas passaram, portanto, a ocupar, principalmente, a faixa do litoral Norte da Baía.

Parisse, em seu estudo sobre a evolução da favela (15) após realizar análise de sua ocupação no espaço urbano conclui: "A favela, ... se localiza em quatro grandes áreas - a orla Norte da Baía, as Zonas da Tijuca, do Méier, do Litoral Sul. Se olharmos para o dinamismo do fenômeno, isto é, a relação entre o aumento das favelas e o crescimento da cidade, distinguimos três Zonas: uma de estagnação relativa da favela, nos bairros que atingiram à saturação habitacional (litoral sul, faixa Centro-Tijuca, Méier), outra, nos bairros em processo de adensamento, onde as fa

...

(15) Idem, op. cit.

velas crescem rapidamente (litoral Norte, Madureira, Irajá, Anchieta, Governador) e a terceira zona: a da periferia, onde só agora começa o processo de adensamento com a multiplicação simultânea das favelas".

A localização das favelas na cidade do Rio de Janeiro vai obedecer, portanto, além dos fatores geográficos e jurídicos que possam determinar a desvalorização imobiliária de terrenos, a fatores ligados a proximidade do trabalho (Zona Sul, Centro e Zona Norte) e a existência de transporte regular que liguem as áreas periféricas (Caxias, Ilha do Governador, São João de Meriti etc.).

As principais ocupações da população favelada dão-se no setor secundário (36,2% dos trabalhadores) e no de prestação de serviços (34,5%) (16). Deve se considerar no entanto que esses dados teriam que ser analisados à luz das especificidades que constituem o mercado de trabalho dos países do 3º Mundo, e em especial do Rio de Janeiro, caracterizados por uma grande parcela sub-empregada, constituindo o que Castells denomina de exército marginal de reserva. (17)

O Censo de 1960 vai também demonstrar que a população favelada é eminentemente pobre, já que 56,1% das rendas não atingiam sequer ao salário mínimo da época, enquanto esse percentual desce a 31,6% quando considerado o conjunto da cidade. "No total, o nível de vida resulta muito baixo e sugere que se pergunte: Como vivem os favelados? - Mal, seguramente. Sua medíocre instrução, a falta de qualificação profissional, a condição aos empregos de nível inferior e daí os salários de fome". (18)

...

(16) Censo demográfico de 1960.

(17) Para detalhes, vide: Castells, Manuel, La cuestion urbana - Siglo Veinte Uno Buenos Ayres, 1974 e Imperialismo y Urbanizacion en América Latina, Ed. Gustavo Gilli, Barcelona.

(18) Parisse, Lucien - Favelas de L'Agglomeration de Rio de Janeiro-Université de Strasbourg, Tese apresentada para Doutorado do 3º Ciclo - Janeiro 1970.

CAPÍTULO III

A AÇÃO DO GOVERNO

Após uma ligeira descrição da favela, sua origem e inserção no processo geral de crescimento da cidade até os anos 60, cumpre estudar, agora, o que representou a resposta do governo ao problema.

1. A política habitacional no surgimento das favelas.

A primeira referência oficial em relação ao surgimento e proliferação das favelas, dá-se durante o Governo de Getúlio Vargas, quando da criação do Código de Obras do Distrito Federal, através do Decreto nº 6000, em 1937.

No entanto, nesta referência ao tema, o caráter é ainda, repressivo conforme explicita o artigo 349 do Decreto. "Nas favelas existentes fica proibido levar-ar ou construir novos casebres e executar qualquer outra intenção de urbanização e/ou construção de novas casas para a população de baixa renda, sendo a ênfase do Código voltada para a postura das novas construções nos bairros da cidade, sem levar em consideração a grande massa de população pobre.

Verifica-se que, apesar do processo de favelamento estar diretamente ligado ao processo de urbanização de todo o sítio, conforme constatamos no capítulo precedente, o que se observa é que as referências

...

ao problema são ainda as de repressão e discriminação.

Aliás, a tônica no tratamento do problema da favela, conforme constatação em jornais e revistas da época, era a de incursões policiais nos redutos favelados para expulsão de moradores e demolição dos barracos.

O Código de Obras, de então, constituía-se num instrumento legal, cuja intenção era a de limitar o crescimento e evitar a consolidação das favelas no Rio de Janeiro. No entanto, este instrumento, conforme aponta Modesto (19), tinha o caráter principal de ser o primeiro reconhecimento legal da existência das favelas.

Apesar de, no Decreto 6000, existir em seus artigos 346 e 347 a fixação de condições e autorização para a construção de habitações proletárias, o que demonstrava uma intenção de ataque ao problema, o mesmo Decreto, em seus artigos 348 e 349 proibia a formação de cortiços e favelas.

Aliás, o aparecimento da ditadura Vargas no cenário político brasileiro, a partir de 1937, deve ser observado dentro do contexto do que representou o Estado Novo, forma de Governo constituída à semelhança do modelo do fascismo europeu. Este período de Vargas no Poder (1937/1945), segundo Ianni (20), caracteriza-se como uma fase em que se buscou reelaborar a relação entre os vendedores e compradores da força de trabalho, diferentemente das relações existentes no período anterior, de caráter oligárquico.

...

(19) MODESTO, Hélio, op. cit.

(20) IANNI, Otávio - Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930/1970) Editora Civilização Brasileira, Rio, 1976.

Vargas ao assumir o Poder, procurou, então, elaborar uma política de controle e canalização do potencial emergente da classe operária urbana, em benefício de seu esquema político. Daí, as primeiras indicações de ataque ao problema, alguns anos depois do Decreto 6000, através da experiência dos Parques Proletários.

2. A primeira experiência de ataque ao problema das favelas.

As preocupações com a elaboração de uma política que abrangesse a favela ocasionou o surgimento em 1941 do primeiro documento produzido especificamente sobre o assunto, de autoria do Dr. Vitor Tavares de Moura (21), que após analisar as condições em que se criam e crescem as favelas, estabelece algumas das condições necessárias para a solução do problema, dentro de uma visão diferente da que, até então, caracterizava a forma de abordar o problema.

O documento estabelecia as seguintes medidas:

a) Organização de uma Comissão formada por médico especialista em medicina social, um engenheiro urbanista ou sanitarista, um procurador e um estatístico, a fim de proceder aos estudos preliminares da campanha e orientá-la até o seu final.

b) Proceder a um censo prévio das favelas, especificando a localização, natureza e propriedade dos terrenos, conservação e características dos barracos.

...

(21) Documentos fornecido por D. Maria Coeli de Moura e utilizado também por Lucien Parisse, conforme op. cit.

c) Estudo dos moradores, através do recolhimento minucioso de todos os dados necessários para a avaliação do homem, da família, do barracão, dos terrenos, dos seus valores e da sua localização.

d) Proceder a inquérito utilizando os diversos serviços existentes na Prefeitura, principalmente os de Estatísticas.

e) Estabelecer medidas provenientes das conclusões obtidas, através de decretos oriundos da Presidência da República.

A importância deste documento é destacada por Parisse, principalmente no que se refere a ênfase dada ao Censo prévio das favelas, a fim de conhecê-las antes de qualquer intervenção. Outros aspectos também destacados são os que se referem a escolha de áreas intersticiais da cidade para a construção de casas populares, em função de serem essas áreas já providas de uma infra-estrutura urbana.

Outro ponto importante destacado pelo autor é a previsão, quando possível, da conservação dos favelados em seu local de origem.

No início de 1941, então, como fruto deste relatório é constituída pelo Secretário de Saúde e Assistência do Distrito Federal, uma comissão encarregada do estudo dos problemas de higienização das favelas, primeiro Ítem do Relatório de Vitor Moura.

Em julho do mesmo ano, os Institutos de Aposentadorias e Pensões engajam-se no problema, entrando em entendimento com a Prefeitura do Distrito Federal para a construção de casas destinadas aos habitantes das favelas.

A comissão constituída pela Prefeitura propõe desenvolver o programa dentro de 2 planos: um de ação preventiva e outro de ação realizadora, dentro dos desdobramentos que a prática do plano viesse a requerer.

Sucedee, no entanto, que apesar da importância do plano e do ineditismo da medida, que sem sombra de dúvida significou um grande avanço em relação ao que vinha sendo feito até então, a execução do Plano de Vitor Moura continha em seu interior uma visão distorcida do problema, já que dentro do que pretendiam como ação preventiva, estava incluído o controle de entrada no Rio de Janeiro de novos migrantes e a devolução aos Estados de origem daqueles que não tivessem obtido emprego.

Esta medida, que somente é possível dentro de um contexto repressivo, ante-democrático, expressava bastante o tipo de relação existente entre povo e Governo.

A outra parte do plano, a de ação realizadora, quando então se previa a construção de casas populares para a população, também encerrava em seu bojo alguns preconceitos e distanciamentos do problema, já que o Plano nesta fase supunha poder "promover" o favelado à condição de classe média, modificando apenas algumas das características físicas das favelas.

O Plano de Vitor Moura toma corpo e, em entrevista ao Jornal "O Globo", em 20/11/1941 (22), este expõe o plano da comissão criada pela Prefeitura e diz dos inquéritos realizados na Favela do Capinzal,

...

(22) "Fora da lei os donos das favelas" - O Globo, 20/11/1941.

na Rua Marques de São Vicente, localizado próximo ao Jôquei Clube, em terreno pertencente ao Instituto dos Comerciários.

Prosseguindo na entrevista, Vitor Moura diz "Os estudos dão à comissão a certeza de que aquele terreno, ... comportará um número de casas suficientes para alojar os moradores da favela que ali existe e mais um bom número dos atuais moradores de outras favelas, próximas, ao Largo da Memória, por exemplo".

A experiência iniciada com a construção dos Parques Proletários, continha em sua prática, a idéia de substituição de moradias, que, segundo Parisse (23), corresponderia ao que hoje denominamos de "urbanização de favelas".

Embora essa correspondência não seja de todo falsa, cabe ressaltar, também, que o Plano de Vitor Moura contém a idéia de remoção. A prova mais contundente desta observação é de que o Parque Proletário nº 1 vai abrigar não somente os moradores dos 94 barracos existentes no local, denominado Favela do Capinzal mas, também, os moradores da Favela do Largo da Memória e outras, situadas no Bairro do Leblon e removidos do seu local de origem.

Outra observação é a transitoriedade prevista para os moradores dos Parques Proletários, já que o plano previa que, quando posto em prática, permitiria a melhoria de condições desta população e a sua posterior entrada no mercado habitacional normal. O fato pode ser detectado no próprio discurso de Vitor Moura, quando fala sobre os aspectos práticos

...

(23) Parisse, Lucien, op. cit.

ticos do Plano: "Nelas (refere-se às áreas intersticiais) poderão ser localizadas milhares de casas, sem que esse fato venha a afetar de modo chocante o aspecto urbano da cidade. Muito pelo contrário, isto enfeitará tais zonas e depois, com a evolução da cidade acontecerá como em todas as grandes cidades do mundo, os tipos de casas modestas irão dando lugar a melhor construção enquanto que os mais humildes se encaminharão para a periferia da cidade ...".

Caberia, também, ressaltar que a valorização e expansão vertical do Bairro do Leblon se dá anteriormente e de forma mais rápida que o da Gávea, onde se localizou o primeiro Parque Proletário construído, principalmente ao longo da Rua Marques de São Vicente, que era em sua maioria constituída de chácaras e algumas indústrias, não sendo à época utilizada pela classe média ascendente para moradia, assim como outros trechos de Bairro, hoje altamente valorizado (Parte do Jardim Botânico, Laranjeiras etc.).

Em 20 de maio de 1942 é destruída a Favela do Largo da Memória e removidos seus moradores para o Parque Proletário da Gávea, então assim denominado. Os jornais da época (24) comentam: "Derrubados 512 casebres no Largo da Memória, para remoção para o Parque Proletário da Gávea, onde estão sendo construídas 700 casas, das quais 523 estão prontas". Inicia-se aí a primeira aplicação de um programa de remoção "urbanização de favelas no Rio de Janeiro.

Este Programa, que é iniciado com a construção do Par

...

- (24) Vários jornais refere-se à remoção da Favela do Largo da Memória: -
 "Começou a extinção das favelas cariocas" O Globo, 20/5/1942.
 "Destruída pelo fogo a favela do Largo da Memória" O Globo, 25/5/1942.
 "Fogueira de quase um quilômetro entre a Gávea e o Leblon" Diário da Noite - 25/5/1942.

que Proletário da Gávea, nosso objeto de estudo, vai se ampliar com a construção de mais outros três: Os Parques Proletários do Caju, da Penha e do Leblon. Esta forma de tratamento do problema perdura até 1945, com a queda de Vargas e o término do Estado Novo.

Portanto, o final da Administração Dodsworth (1937/45) encerra o programa de construção dos Parques Proletários e a partir de 1946 irão surgir no âmbito municipal vários outros órgãos encarregados de "resolver" o problema habitacional.

3. A Fundação da Casa Popular.

A partir do final de 45, inicia-se no Brasil o que diversos autores denominam de República Populista (25), cuja principal característica é a cooptação política dos estratos inferiores da população pela estrutura de Poder.

No início de 1946 é criada pelo então Presidente da República, Marechal Dutra, a Fundação da Casa Popular, através do Decreto-Lei nº 9.218. A esta caberia proporcionar a compra ou construção de habitações na área urbana e rural, beneficiando aos empregados em empresas privadas (60% das unidades construídas), funcionários públicos (20% das unidades) e "outros" que se acabavam constituindo nos 20% restantes, utilizados como uma reserva para manobra política do Poder.

Cabe considerar, no entanto, que a criação da Fundação

...

(25) Segundo vários autores, a República Populista estende-se de 1945 a 1964.

da Casa Popular, encerra, também, a consideração de outros aspectos sociais e urbanos ligados ao problema, conforme destaca Cintra ao comentar sobre a Fundação, em seu trabalho sobre o desenvolvimento urbano no Brasil: "Já então havia a consciência de que a construção de casas não era, por si só, satisfatória. Obras urbanísticas eram mencionadas como fator indispensável para que a Fundação pudesse levar a cabo seus propósitos. Deveria ela financiar a construção de redes de água, esgoto e eletricidade, o serviço social, bem como outros programas destinados à "melhoria das condições de vida" e ao "bem estar" das classes trabalhadoras, especialmente nos municípios de minguada receitas públicas". (26)

No âmbito municipal, em 1946 é criada a Fundação Leão XIII, nascida do entendimento entre a Arquidiocese e a Prefeitura do Distrito Federal. Esta Fundação visava à recuperação do favelado e pretendia construir nas favelas do Rio de Janeiro Centros Sociais com ambulatórios e escolas, conjuntos que deveriam preceder à urbanização propriamente dita das mesmas.

Em face das eleições, retomadas a partir de 1945, e do avanço da penetração do Partido Comunista, junto ao eleitorado pobre (em 1947 o PCB encabeçou a lista dos partidos mais votados), a criação de um órgão ligado à Igreja e ao Governo, para atuar junto às comunidades pobres e faveladas em muito se explica.

Os 2 primeiros anos do Governo Dutra caracterizam-se por uma certa apatia no campo das realizações, dedicados que estavam os

...

(26) Cintra, Otávio Antonio - Desenvolvimento Urbano e Metropolitano no Brasil: Uma análise política - Universidade Federal de Minas Gerais, junho de 1977.

Governos Federal e Municipais a estabelecerem as bases teóricas de sua programação. Em 1947, sob uma vida política totalmente reestabelecida, baseada na nova Constituição Federal e Constituições e Assembleias Estaduais, inicia-se, propriamente, um novo período de atuação governamental. A administração municipal chega a criar uma Comissão para extinção das favelas, embora efetivamente a mesma tenha funcionado de forma limitada.

4. Os anos 50.

A volta de Vargas, através das eleições efetuadas após o Governo Dutra, vai marcar o período inicial dos anos 50, e é quando, através dos Censos de 1948 e 1950, começa-se a penetrar de forma mais abrangente no conhecimento da população favelada. Uma outra Comissão para extinção de favelas é criada em 1953 pela administração municipal sem que, no entanto, a mesma executasse qualquer trabalho.

Este segundo período de Vargas no Governo é marcado por uma série de crises no setor econômico, geradas no plano internacional (Guerra da Coreia - 1950/51), cujo final acarreta uma recessão mundial e uma retração no volume das exportações brasileiras. Esta situação, somada a outros aspectos internos negativos, tais como a inflação, as reivindicações do proletariado urbano, as secas do Nordeste, as geadas que destroem as plantações paulistas do café e a radicalização da crise política culminam com a morte de Getúlio Vargas em 1954.

A nível municipal, durante o Governo Vargas, nesta sua segunda fase, a característica principal veio a ser a criação de um grande

número de comissões e sub-comissões de estudos sobre o problema dos favelados, sem que, no entanto, houvesse resultados práticos.

Amplia-se a discussão do problema em todos os níveis (27) e a atuação do Governo vai-se traduzir na construção de alguns conjuntos habitacionais e urbanização de algumas favelas pela Fundação da Casa Popular e Fundação Leão XIII, sem que, no entanto, isso pudesse ser considerado relevante, em relação ao volume total necessário.

O poder político no Brasil permanece em crise até as sumir o Governo Juscelino Kubistchek de Oliveira, em janeiro de 1956, quando inicia-se uma importante fase no processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

Ainda em setembro de 1955, em função do 37º Congresso Eucarístico Internacional, a Arquidiocese do Rio de Janeiro lança o programa denominado "Cruzada São Sebastião", criado por Dom Helder Câmara. A Cruzada visava a integrar os favelados na vida normal do bairro e colaborar em providências para o retorno dos migrantes ao campo. O mencionado programa também pouco representou para a solução global do problema habitacional da população de baixa renda, tendo sido responsável até o final dos a nos 60 pela melhoria de serviços básicos em 12 favelas do Rio de Janeiro e a implantação dos prédios de apartamentos, situados ainda hoje na Avenida Borges de Medeiros.

...

(27) Vide Série de artigos do então jornalista Carlos Lacerda, publicados na "Tribuna da Imprensa" e "Correios da Manhã" de 19 a 22 de maio de 1948.

O Governo de Juscelino Kubistchek caracterizou-se, fundamentalmente, pela tentativa de atingir objetivos desenvolvimentistas, consubstanciados no Plano de Metas, que alijava a habitação popular das preocupações primeiras do Governo.

Somente alguns anos depois, durante a permanência de Janio Quadros na Presidência, é que se cria o Conselho Nacional de Planejamento de Habitação Popular, com objetivos semelhantes aos da Fundação da Casa Popular, sem que também tivesse havido algum desdobramento prático de suas intenções. (28)

O período subsequente ao de Janio Quadros traduz-se por um período de continuação da crise e durante o Governo de João Goulart afloraram alguns dos problemas gerados pelo tipo de desenvolvimento adotado a partir do Governo Juscelino.

Até este último período populista (o do Governo João Goulart) observa-se que as políticas habitacionais caracterizam-se pela criação de alguns órgãos, a níveis municipal e federal, sem que se produziu uma efetiva ação sobre o problema. Cintra observa: "De fato, embora a habitação constituísse problema premente, as políticas desses decretos alcançaram resultados bastante modestos. ... tudo indica que as políticas habitacionais continuaram durante todo o período populista a ser encarados como uma função distributiva". (29)

...

(28) O Conselho Nacional de Planejamento de Habitação Popular, tinha como objetivos "exercer as atribuições de coordenação entre o Governo Federal e os Municípios para realizar uma ação conjunta visando à orientação de uma política nacional concernente aos problemas de habitação das classes menos favorecidas" - Decreto nº 50.488 de 24/4/1961, art. 2º item 1, cf. Cintra, Otávio, op. cit.

(29) CINTRA, Otávio, op. cit.-distributiva foi usado no texto de Cintra, dentro da diferenciação formulada por Theodore Lowi - American Business, Public Policy, Case Studies, and Political Theory World Politics 16, 1964 que distingue funções governamentais, distributivas e redistributivas, sendo esta primeira particularista, do tipo clientelista, tradicional de alocação de recursos.

O populismo representou para a favela a maior ou menor, dependendo do nível de controle, possibilidade de articulação dos seus interesses, da mesma forma que acontecia em relação a classe trabalhadora de modo geral, em função do apoio que os governos de então necessitavam.

Na medida em que estes canais de articulação permitiam, a favela continuava sobrevivendo em seu local de origem, beneficiando-se de alguns serviços de urbanização que o intenso jogo político lhe dava.

No entanto, a manipulação por parte do Poder sempre permaneceu, mesmo quando o jogo político era mais intenso, conforme observam Anthony e Elizabeth Leeds: "Ainda, qualquer que seja o governo, por mais populista e democrático, um forte elemento de controle e manipulação foi sempre importante por pelo menos três razões. Primeiro, em pequena escala, ... por simples razões de tática políticas, isto é, eleitorais; segundo, porque as populações faveladas sabidamente já representavam uma ameaça à ordem política e social estabelecida. Terceiro, o controle e a manipulação foram necessários em termos da manutenção das fronteiras de classe, por parte daqueles que tem acesso aos governos federal e estadual, ...". (30)

Em consequência, este período, denominado de populista e que paradoxalmente se caracterizou pela ausência de atividades maiores, na área habitacional por parte dos governos, garantiu a uma enorme massa carente, solucionar seus problemas de habitação, já que a favela era a "solução" encontrada pela população pobre e miserável, posto que facilitava seus acessos ao mercado de trabalho, e minimizava seus custos pelas

...

(30) LEEDS & LEEDS, Anthony e Elizabeth - A Sociologia do Brasil Urbano - Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

vantagens que a boa localização lhe fornecia.

5. A Política Habitacional com ênfase na Habitação Popular.

O período após 64 vai acarretar mudanças profundas na estrutura de governo e política econômica e, por consequência, na política urbana. Dentre as principais metas do sistema que se instaurava estava o Plano Nacional de Habitação. Para tanto, o Executivo legislou sobre a lei do inquilinato, a lei das incorporações, estabeleceu estímulos à construção civil e criou o Banco Nacional da Habitação, em 1964, através da Lei nº 4.380.

A fase política que se iniciou então foi caracterizada pelo autoritarismo, que se traduziu nas políticas salariais levadas a efeito pelo Poder Executivo. Comentando o período 1964/70, Otávio Ianni diz, a propósito: "Nos anos 1964/70 a política salarial do Governo favoreceu a concentração da renda, provocando a pauperização relativa das classes assalariadas em geral, e a pauperização absoluta de uma boa parte do proletariado. Mas houve ainda, um preço político. A liquidação da democracia clássica ou liberal expressou-se também no âmbito do sindicalismo, como um todo". (31)

É dentro deste contexto que ocorre a ênfase à política de remoção de favelas, em bora tal fato, se tenha iniciado anteriormente no âmbito estadual, durante o Governo de Carlos Lacerda. (1960/65)

...

(31) Ianni, Otávio - op. cit.

O surgimento da COHAB-GB em 1962, durante a administração de Carlos Lacerda, representava a criação de uma agência para fazer face aos objetivos de eliminação e remoção das favelas para novos conjuntos habitacionais. Esta agência, pelos seus estatutos, poderia obter subsídios externos (os primeiros conjuntos realizados, Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança foram construídos com recursos da USAID-United States Agency for International Development) e continha forte teor político em sua formulação. Leeds e Leeds, observam, referindo-se à COHAB-GB: "... forneceu uma base organizacional para a constituição de uma oposição às forças de Goulart". (32)

A intensificação da política de remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro ocorre, no entanto, a partir de 1967, quando o BNH passa a contar com recursos oriundos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, tendo a COHAB-GB como integrante do denominado Sistema Financeiro da Habitação-SFH.

Na área estadual, havia sido eleito governador o Dr. Negrão de Lima, com o apoio de grande parte da massa popular. Esta situação talvez venha explicar uma aparente contradição, à nível de governo estadual, já que em pleno andamento dos programas de remoção, o Governo Estadual criou a Companhia de Desenvolvimento da Comunidade-CODESCO, órgão destinado à desenvolver um programa de urbanização de favelas no Estado do Rio de Janeiro.

A favela carioca, então, ia perdendo seu poder de negociação política, através do voto, em favor de outros mecanismos de negocia...

(32) Leeds & Leeds, A. E. - op. cit.

ção ou mesmo estratégia frente à política de remoção. Estes mecanismos referem-se à estreita ligação verificada entre os favelados e os representantes das administrações dos órgãos envolvidos com a remoção das favelas. (33)

Ainda durante a administração de Negrão de Lima, é criada a CHISAM—Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio, que era um órgão federal, com atuação à nível da área metropolitana, e destinado a comandar uma política de eliminação das favelas.

O órgão, destinado a comandar o programa de remoções de favelas no Rio de Janeiro, foi criado pelo Decreto Federal, nº 62.654 de 3/5/68, quatro meses depois de ser criada a CODESCO, órgão estadual destinado a urbanização de favelas. Embora entre os objetivos da CHISAM estivessem a eliminação e erradicação das favelas, não afastando, também a possibilidade de urbanização das mesmas (34), e também buscasse uma política comum aos diversos níveis de Governo, o que se observa é que a sua criação pareceu se constituir numa forma de intervenção do Governo Federal na área Estadual, face a ameaça que poderia representar a articulação dos favelados no Estado da Guanabara, através de sua Federação. (35)

Outro aspecto observado, dentro deste contexto, ocorre, também, em julho de 1967, quando o Governo Federal baixa um decreto, subme

...

- (33) Para detalhes, verificar em VALADARES, Licia - Favela, Política e Conjunto Residencial - Revista Dados, IUPERJ, nº 12, 1976.
- (34) CHISAM - Metas alcançadas e nossos objetivos do Programa - Rio, 1970.
- (35) Verificar em VALADARES, Licia - Passa-se uma casa - Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro - Zahar Editores, Rio 1978.

A remoção de tal número de habitantes, oriundos das favelas, representou a incorporação definitiva de um novo elemento à paisagem urbana carioca: o conjunto habitacional, que até então não significava mais do que alguns exemplos isolados. Estes conjuntos vão-se localizar, em sua maioria, na periferia da região e nos bairros ao longo da via férrea e Avenida Brasil.

Os conjuntos habitacionais, construídos através do SFH, não vão abrigar somente aos favelados egressos do programa de remoção mas, também, moradores de aluguel da periferia e até mesmo de favelas não objeto de remoção.

O período descrito neste capítulo, que se caracterizou pela formulação e prática de um plano que visava à eliminação das favelas no Rio de Janeiro, apesar da sua grande margem de atuação, não se revelou eficaz para o que se propunha, já que novos contingentes não abrangidos pelo Programa vieram-se a somar ao já existente. No entanto, de alguma forma, na Zona Sul da cidade, um razoável número de favelas foi removido, principalmente aquelas localizadas nos pontos mais estratégicos para a especulação.

Este período inicial do Parque Proletário da Gávea, descrito no Plano como provisório, significou, é óbvio, um grande número de benfeitorias e serviços para os seus habitantes que não as possuíam na favela. Havia serviços médicos, escolas, distribuição gratuita de alimentos para as famílias mais carentes etc...

Na constituição do Parque Proletário nº 1, através dos Centros de Assistência Social, foram implantados os seguintes serviços: Assistência pré-natal, trabalhos de puericultura, berçário, creche, recreio infantil ou pré escolar, solário, alfabetização, oficinas, hortas, cultura física, merenda escolar, escotismo, bandeirantes, serviços médicos, biblioteca, além de uma Agência da Caixa Econômica.

Aos habitantes do Parque era cobrado um aluguel e esta renda era utilizada pela Administração Local para a realização de serviços locais, tais como: limpeza das ruas, conservação das casas e das instalações sanitárias comuns, auxílios diversos para alguns de seus moradores mais pobres etc...

O Serviço Social, que era extremamente atuante nos Parques Proletários, tinha seus objetivos bem definidos, conforme constatamos em documento do Departamento de Assistência Social da Prefeitura. "O serviço Assistencial nos Parques Proletários tem como objetivos principais, a reeducação social, regularização das situações conjugais, o registro civil, a correção de hábitos do desenvolvimento do espírito associativo e do dever patriótico".

O nível de controle nesta fase era tão intenso que
...

chegava ao ponto de controlar móveis e utensílios dos moradores do Parque, já que os mesmos preenchiam uma ficha de Posse (vide doc. nº 01), que se constituía do levantamento do número de pessoas na família e também do número de móveis, louças, talheres, roupas de cama e outros utensílios da população.

Às rígidas regras impostas pela Administração, neste período que vai até 1945, parecia que a população respondia passivamente. No entanto, verificamos indícios de que uma parte dos moradores, pelo menos, havia participado ativamente da campanha eleitoral de 1945, engajada contra o candidato do próprio Getúlio Vargas, conforme aferimos do Relatório Anual de 1945, do Departamento de Assistência Social da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, que demonstra, em sua página 6: "Infelizmente, de há alguns meses a esta data, alguns elementos, moradores do Parque 1 e que se dizem filiados ao Partido Comunista, felizmente muito poucos, teimam em quererem tudo desorganizar, criando ambiente impróprio à vida social, prejudicando a Administração, desrespeitando os próprios vizinhos, dizendo-se credores de reivindicações, esquecidos do bem que lhes foi feito , quando foram tirados das favelas ...".

3.2. O período pós-Estado Novo.

A partir de 1946, com a retomada das eleições, por não haver mais espaço para o tipo de relacionamento que existia entre o Poder e a população, caracterizado por uma grande rigidez de normas por parte do primeiro, uma nova forma de relacionamento reflete-se entre a Administração

...

local e a população do Parque Proletário.

O envolvimento com as eleições gera, a nível interno, a derrubada de algumas das formas de controle até então existentes. Já não se proíbe o ingresso de seus habitantes depois das 22 horas e, até mesmo, fisicamente, são introduzidos novos elementos à sua paisagem.

Em 1948, sob o Governo Dutra, foram construídos 2 blocos de 48 apartamentos e um novo grupo de 13 casas de alvenaria com instalações sanitárias privativas. Estes novos elementos introduzidos, representaram a prática de um novo enfoque dado ao problema habitacional, surgido a partir da criação da Fundação da Casa Popular, em 1946, ou seja, o conjunto habitacional em substituição às favelas. Era o problema habitacional visto de um outro ângulo, diferentemente da visão Sanitária-Assistencial que caracterizara a forma de abordar o problema até então.

Dentro do Parque Proletário, estas transformações representaram também a introdução de um outro segmento social, a que poderíamos denominar da "burguesia local". Estas novas habitações foram ocupadas por moradores de fora do Parque Proletário e geraram, internamente, descontentamentos, que foram objeto de preocupação por parte de Assistentes Sociais que trabalhavam no Parque, conforme o exposto por uma delas: "Devemos registrar que tal medida além de injusta foi prejudicial às atividades quer administrativas, quer de Serviço Social, uma vez que provocou grande revolta nos moradores do Parque Proletário Provisório nº 1". (45)

...

(45) Bogado, T. Laura - Parque Proletário Provisório nº 1 - Tese de conclusão de Curso PUC, Rio, 1953.

As unidades construídas durante o Governo de Dutra foram ocupadas por funcionários públicos em sua maioria, com rendimentos superiores aos dos antigos moradores do Parque Proletário, e em função disso possuíam hábitos e atitudes que os diferenciavam dos demais.

As casas e apartamentos construídos beneficiavam-se, ainda, de uma melhor localização em relação às demais, já que se situavam mais próximas da entrada do Parque, com acessos quase diretos até a Rua Marques de São Vicente. O padrão construtivo era, também, visivelmente superior, já que as edificações eram todas de alvenaria (casas e apartamentos) e possuíam cozinhas e banheiros individualizados, além de cômodos mais espaçosos.

Nesta época, começa-se a intensificar dentro do Parque o sistema de "pistolão" para conseguir moradias. O controle exercido pela Administração ainda ocorre, em algum plano mas de forma muito menos rígida e o trabalho do Departamento de Assistência Social, vinculado ao Plano de Vitor Moura e que tinha como objetivo principal a readaptação social, foi deixado de lado.

3.3. Os anos 50.

As eleições de 1950, vencidas por Getúlio Vargas, não vão significar obviamente a retomada das relações existentes no início do Parque Proletário, porque a volta de Getúlio acontece dentro de um novo contexto geral do país, em que a manipulação por parte do Poder teria que responder às novas condições existentes.

Nesta época, através do Censo Demográfico de 1950, conhece-se um pouco mais do Parque Proletário. Sua população foi estimada em 4.900 habitantes, em contrapartida aos 2.500 iniciais. Inquêrito mais detalhado, no entanto foi realizado em 1952 pelo Serviço de Vilas e Parques, do Departamento de Assistência, da Prefeitura do Distrito Federal. Este inquêrito, entre outros dados, determinou uma população de 5.262 pessoas, com predominância de jovens (53,56% tinham até 21 anos), com a maioria das famílias constituídas de 4 a 6 membros (45,11% do total). De modo geral, os resultados do inquêrito foram semelhantes aos obtidos em outras favelas.

Os moradores do Parque, naquele ano de 1952, pagavam taxas de luz e de aluguel bastante baixos se comparados com a renda média local, em torno de Cr\$ 1.500,00. Os aluguéis variavam de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 200,00, com a grande incidência (56,96%) em torno de Cr\$ 40,00 a Cr\$ 50,00, ou seja, menos que 5% da renda média.

Em 1953, no entanto, foi suspenso o pagamento de aluguéis no Parque, e este fato foi de grande impacto na população, já que o mesmo foi tomado como um sintoma da grande ameaça que sempre rondou os habitantes do Parque; a sua extinção. Um dos moradores do Parque, em entrevista ao jornal, dizia, a propósito: "Não acreditamos, pois que o governo sem cobrar os ínfimos alugueres possa nos dar um melhor conforto: acreditamos até que isto seja a melhor maneira da extinção dos Parques". (46)

Um ponto importante verificado pelo Inquêrito foi o de que, apesar do controle de estabelecimento de novos moradores no Parque, 7,27% da população total era constituída de residentes que ali estavam ir

...

regularmente, ou seja, sem o consentimento da Administração. Essa parcela significativa já indicava o início de uma forma de burlar as normas existentes para admissão no Parque, que somente foi possível na medida em que já não havia espaço para a rigidez verificada durante o Estado Novo.

Algumas particularidades dos habitantes do Parque Proletário nº 1 puderam ser detectadas neste inquérito a que nos referimos. Indicadores demonstraram que, em relação às outras favelas, o Parque Proletário possuía índices diferenciados como, por exemplo, o número de uniões legítimas, que se constituía de 73,11% do total de uniões existentes, enquanto nos demais Parques Proletários, os de números 2 e 3, eram, respectivamente, de 50,56% e 49,34%. Isto sucedia, obviamente, pelo fato, já citado, de que entre os objetivos principais do Serviço Social do Parque Proletário, estava o de regularização da situação conjugal de seus habitantes, e de o Serviço Social da Prefeitura já vir atuando no Parque Proletário da Gávea há algum tempo.

Neste inquérito foi verificada a existência de 961 casas de madeiras, 3 casas de cômodo (anteriormente destinadas ao Serviço Médico), 48 apartamentos, 15 casas de alvenaria e 9 barracos, o que já indicava um processo de "favelização" do Parque Proletário. Nesta fase, apenas 10,11% das unidades possuíam serviço sanitário individualizado, que eram constituídas dos apartamentos e das casas de alvenaria e, também, de algumas unidades cujos moradores haviam iniciado às suas expensas o trabalho de individualização das redes de água existentes.

Da população total de 5.262 pessoas, 44,7% possuíam atividades remuneradas, com predominância nas atividades domésticas (5,78% deste total), operários das fábricas (5,54%) e operários de construção ci

vil (2,56%). Essa situação demonstra que, apesar da grande diversidade de atividades exercidas pelos moradores do Parque, (vide quadro nº 01), estes, em sua maioria, beneficiavam-se do mercado de trabalho existente, principalmente na Zona Sul, que era ofertado através dos serviços que a classe média e alta necessitavam e, também, através das fábricas e laboratórios que existiam ao longo da Rua Marques de São Vicente e no Bairro do Jardim Botânico.

Estas, eram portanto, as características gerais dos habitantes do Parque Proletário da Gávea nos seus primeiros anos de vida, e embora não tenhamos obtido dados específicos nos anos posteriores, é de se supor que a situação descrita apresentasse perfil semelhante durante alguns anos, já que a maioria dos favelados ali permaneceu até a sua remoção. Os dados talvez fossem um pouco alterados na medida em que alguns barracos foram construídos na década de 60, porém não chegando a representar um percentual muito elevado do total de unidades existentes e, além disso, porque grande parte deles foram construídos por descendentes dos antigos moradores, sem opção de encontrarem moradia própria.

4. Os anos 60 e a remoção.

O início dos anos 60 reforça a condição de Favela, assumida pelo Parque Proletário, até quando começam a se intensificar as ameaças de remoção, surgidas a partir do Governo Carlos Lacerda com a criação da COHAB-GB e a construção de Vila Kennedy e Vila Aliança.

Esse processo ocorrera de forma bastante lenta, inicialmente, deixando-se de prestar qualquer tipo de Assistência e Serviços an

teriormente existentes que contribuiu bastante para a deterioração do Parque Proletário ao longo dos anos.

Apesar da situação de favela, conforme, aliás foi categorizado pelo Recenseamento Geral de 1960, o Parque, em algumas categorias, situava-se ligeiramente acima do padrão médio das favelas do Rio de Janeiro. Para uma população de 6.333 habitantes, nesse ano, o percentual dos que sabiam ler e escrever (61,4%) era superior à média do Estado da Guanabara (58,1%) para todas suas favelas. Acreditamos, mesmo, que outros índices, se os tivéssemos, seriam também qualitativamente superiores, tais como os relativos à mortalidade infantil, renda e outros. É importante observar que, além dos serviços iniciais com que contava o Parque, sua privilegiada localização, junto à grande gama de oferta de empregos e de serviços, trazia-lhe grandes benefícios em relação a outras favelas pior localizadas comparativamente. (vide mapa de localização)

No entanto, nessa época, quase nada lembrava o aspecto inicial do Parque, e a primeira remoção de seus moradores dá-se durante os anos de 1963 e 1965, quando foram removidos do Parque Proletário 111 barracos, com aproximadamente 555 pessoas, para os Conjuntos Habitacionais de Vila Esperança, Vila Kennedy e Vila Aliança, na zona oeste da cidade.

Ainda em 1966, em função das enchentes que causaram uma série de tragédias no Rio de Janeiro, foram removidos do Parque Proletário outras 37 famílias, oriundas de um programa de atendimento às vítimas das enchentes daquele ano, entre as quais se encontravam estas famílias removidas do Parque Proletário da Gávea.

...

Convém acrescentar que a primeira remoção efetiva dos moradores do Parque Proletário da Gávea, deu-se dentro de um processo de escolha por parte daqueles que desejassem sua transferência para determinados conjuntos. A administração do Parque procedeu a um levantamento dessas pessoas e aquelas que desejassem a transferência e possuísem renda suficiente eram removidas ulteriormente.

Posteriormente, com a criação da CHISAM, processa-se a retirada dos moradores de forma gradual e baseada unicamente na capacidade de renda que poderia determinar a sua inserção no Sistema Financeiro da Habitação.

Em função disso, as famílias foram sendo removidas, até sua extinção total, com os últimos moradores, alguns deles que lá estavam desde sua inauguração e outros que foram morar no Parque posteriormente, quando o mesmo foi considerado como Unidade de Triagem pela COHAB-GB, sendo totalmente removidos em 1973 pela CHISAM.

Essa remoção gradual talvez explique o noticiário de alguns jornais, que colocavam o Parque Proletário como um dos poucos núcleos cuja remoção final não acarretou maiores problemas (47). Primeiro, teríamos que considerar toda a história do mesmo, onde nenhum morador conseguiu ser proprietário, e sobre os quais a ameaça de remoção sempre perdurou. De outro lado, é importante considerar também que muitas das famílias, removidas em sua parcela final, habitavam o Parque já como removidas recentemente de outras favelas da Zona Sul, aguardando apenas a sua inserção num sistema que lhes deixava poucas opções.

...

(47) Jornal do Brasil, 27/11/72 - "COHAB tira 600 famílias do Parque da Gávea e leva-as para conjuntos da Zona Norte".

CAPÍTULO V

O ESPAÇO E SUA UTILIZAÇÃO

1. O Espaço comum.

O desenho original de criação do Parque Proletário da Gávea obedeceu a determinados critérios urbanos, da própria cidade, no que concerne principalmente às suas vias de penetração e áreas comunitárias. A entrada era caracterizada por um grande portão, onde inicialmente se processava o controle de entrada e saída da população. Após a passagem sobre um riacho existente, tinha-se acesso a uma grande área, quase uma praça arborizada, de forma muito semelhante a algumas cidades do interior, com exceção da igreja, que neste caso colocava-se quase ao fundo dos terrenos do Parque. (vide desenho nº 03)

Neste espaço mais amplo, destacava-se o prédio da Administração Local, uma construção do início do século, exatamente em frente à Entrada. Dos lados esquerdo e direito, 2 grupos de casas fechavam o espaço arborizado, onde aconteciam diversas atividades.

Imediatamente após, um outro espaço livre, mas de menor importância, ao redor do qual estavam situados a Escola, o Posto Médico, um Conjunto de Tanques e Banheiros e uma outra edificação do início do século, onde funcionava o serviço de Assistência Social.

No fundo do terreno, à direita de sua entrada principal, localizavam-se, próximo à igreja, uma creche, oficina-escola e quadra

...

de esportes.

A localização da igreja no fundo do Parque, distante destas 2 áreas principais, certamente representava a sua importância no contexto geral, que era secundária. Tal fato talvez se explique a partir da própria posição da Igreja Católica, no contexto geral, durante a vigência do Estado Novo, quando o projeto do Parque Proletário foi concebido.

O que se observa é que apesar de existir uma ação da Igreja dentro do Parque, a Ação Social principal provinha do Departamento de Assistência Social-DAS, da Prefeitura, sem ligações diretas com órgãos religiosos. Esta situação de secundária importância perdurou mesmo nos anos subsequentes à queda de Vargas.

Quanto à distribuição viária interna, constata-se que por se tratar de terreno praticamente plano, houve evidentemente a facilidade de uma distribuição ortogonal e a possibilidade de uma definição mesmo de vias de acesso hierarquizadas, de forma semelhante às do bairro e até da própria cidade.

Em determinados pontos do terreno foram distribuídos os conjuntos sanitários de utilização coletiva, constituídos de banheiros, tanques de lavagem de roupa e bicas d'água.

Além do equipamento, havia, naturalmente, a disposição dos blocos de casas de madeira, como dos blocos de apartamentos e casas de alvenaria construídos posteriormente. (vide desenho nº 03)

...

As unidades de madeira, que constituíam a grande maioria no todo das habitações existentes no Parque, eram formadas por grupos de casas geminadas, constituídas quase sempre de apenas 2 cômodos, com medidas que variavam de 2,5m x 2,5m até 3,5m x 3,5m. Ventiladas por janelas de correr totalmente fechadas, com apenas um losango aberto para ventilação quando estivessem fechadas. As casas possuíam apenas um acesso pela porta de entrada, não possuíam forro e a separação dos cômodos era feita através de paredes de até 2,5m aproximadamente. (vide desenhos nºs. 04, 05 e 06)

As casas eram dispostas sobre pequenas sapatas de concreto, assoalhadas com tábuas de 30cm. e cobertas por telhado com telhas francesa em 2 águas. (vide perspectiva de 1942)

2. As transformações ocorridas e as estratégias para fugir ao controle.

O uso dos espaços projetados era bastante determinado a partir do controle exercido pela Administração do Parque. No entanto, à medida em que a população ganhava espaços no jogo de suas relações com o Poder, novos usos eram incorporados ao espaço pré-determinado.

Inicialmente, durante o Estado Novo, do ponto de vista do espaço comum principal, que era caracterizado pela Praça de acesso, o mesmo tinha os usos determinados pela Administração, que congregava a população para palestras e menções de caráter proselitista e ensinamento de moral e de assistência social. A presença dos mais elevados escalões do Governo no Parque Proletário nas mais diferentes festas cívicas que ali se

...

realizavam era um fato observado. (48)

Com o advento do populismo e eliminação dos "sermões", o espaço passou a ser reservado para os discursos políticos dos candidatos a cargos eletivos. Esses comícios eram, invariavelmente, acompanhados de caravanas de artistas da Rádio Nacional, pertencente ao Governo, que realizavam "shows" que predediam os comícios. Aliás, faz-se interessante observar, que, pelas condições especiais do Parque Proletário, tais eventos eram bastante comuns, à época das eleições, e um estudo mais apurado do que significava a atuação dos artistas, empregados da Rádio Nacional, no processo eleitoral, poderia por si mesmo encerrar um tipo de investigação ainda não formalizada mas que seria proveitosa. No entanto, este não é o objetivo principal de nosso trabalho e essa menção serve apenas como referência para outros possíveis estudos.

Outros eventos, oriundos da iniciativa dos próprios moradores, também tiveram lugar com o tempo, embora seja importante frizar que a utilização deste espaço tinha sempre a vinculação com o Poder local, através do controle que a Administração possuía, mesmo quando este espaço servia para atividades emanadas dos próprios moradores. Algumas das associações existentes promoviam programas de calouros, concursos de rainha, de danças, etc... e que tinham lugar no local que denominamos como a Praça Central do Parque, através da autorização da Administração, que lhes fornecia inclusive a infra-estrutura necessária.

A população do Parque, durante a sua existência, respondeu sempre, ao controle por parte da Administração, das mais diversas

...

(48) Na documentação pessoal do Dr. Vitor de Moura, fornecida por D. Maria Coeli, verificamos diversas fotografias destas festas com a presença de Getúlio Vargas.

formas.

Inicialmente, quando de sua constituição durante o Estado Novo, em que mais rígidas eram as normas de uso, havia diversas atividades, não controladas pelo aparelho repressor, que eram desenvolvidas fora dos limites do Parque, tais como a conversa nos bares da Rua Marques de São Vicente, à noite, e durante os fins de semana, já que era proibido, conforme destacamos anteriormente, a existência de comércio de bebidas alcoólicas dentro do Parque.

Um fato importante, observado na utilização dos espaços comuns do Parque Proletário, era o de que a população sempre utilizou de forma intensa, os equipamentos, serviços e até mesmo o lazer que o Bairro proporcionava. Os bares da Rua Marques de São Vicente, na área imediata ao Parque, eram bastante utilizados pelos seus moradores, mesmo depois que apareceram as primeiras biroskas, no final dos anos 50.

Todo o comércio, a Praça Santos Dumont e até mesmo a Praia do Leblon eram bastante frequentados. Também do atendimento médico domiciliar beneficiavam-se os moradores, através de um médico que possuía seu consultório particular em frente ao Parque Proletário. Apesar da existência de uma Escola Pública local, muitas das crianças frequentavam escolas públicas do bairro e até mesmo alguns particulares de outros.

Internamente, também, algumas atividades escapavam ao controle da Administração, como, por exemplo, o bloco carnavalesco "Vira Mundo", que era a resposta espontânea à Escola de Samba local, que funcionava em local permitido pela Administração.

...

O "Vira-Mundo" era um bloco, cuja bateria era constituída pelos malandros, desempregados, biscateiros locais e que possuía grande fama na Gávea e entre seus moradores, que nas vésperas do carnaval, arrastava multidões animadas, primeiro, internamente, por todos os espaços livres do Parque e, após, descendo a Rua Marques de São Vicente, em direção à Praça Santos Dumont. Na sua passagem, os comerciantes locais que não houvessem contribuído para o bloco, fechavam suas portas com medo de ataques e saques, que algumas vezes de fato aconteciam.

O projeto inicial em pouco tempo foi alterado, quando no período 1950/54, após o retorno de Vargas ao Poder, foram introduzidos novos grupos de casas, construídas pela Administração, dentro do modelo original. As transformações que ocorreram nesta época foram ainda de pequena monta e se limitavam a ocupação de alguns dos espaços vazios, já que era constante a vigília sobre a construção de barracos independentes.

A busca de espaço para construção de novas unidades sempre manifestou-se no Parque Proletário da Gávea, através da construção clandestina de barracos que apareciam da noite para o dia, nas encostas que faziam o limite da área. Estas iniciativas eram desencorajadas pela Administração, que determinava o desmonte dos barracos e o encaminhamento das famílias às instituições de Assistência Social do Governo.

As transformações físicas mais relevantes deram-se a partir do governo Juscelino, através da introdução de barracos nas áreas livres que existiam originalmente e, também, pela grande incidência de acréscimos nas unidades originais. Estas transformações foram decorrentes do maior poder de barganha que os moradores do Parque adquiriam à medida em

que se aproximavam as eleições, quando grande parte das modificações e a crêscimos era feita pela doação de material pelos próprios candidatos.

A permissão para construção de barracos no Parque foi intensificada durante o Governo de Juscelino Kubistchek, quando, então, não existia por parte do Governo um Plano Nacional da Habitação, preocupado que estava o Governo com a implantação do Plano de Metas e a construção de Bra sília.

De uma certa forma, a ocupação dos espaços livres por barracos representou para a população do Parque uma grande perda, em fun ção do fato de que o mesmo possuía uma densidade muito elevada (0,169 hab/m² aproximadamente), fazendo com que os espaços externos fossem de extrema im portância, como extensão às vezes do próprio espaço interno, de dimensões insatisfatórias. (49)

Diversas atividades de lazer, serviços e de vizinhança desenvolviam-se nos diferentes espaços livres, tais como: jogos de bola, fuxicos, namoros, secagem de roupas, etc., e com a perda destes espaços, estas atividades evidentemente ficavam prejudicadas.

Estas modificações, verificadas no espaço do Parque Pro letário da Gávea, não ocorreram sem que houvesse a manifestação de seus mo radores mais antigos, principalmente as mulheres, que utilizavam parte des tes espaços livres para corar a roupa, que lavavam "para fora", gerando com

...

(49) Esta densidade foi calculada pela divisão da população total pela área total do Parque, considerando-se também os espaços livres não edificados, os quais, se excluídos, em muito elevariam a relação calculada.

isso uma renda suplementar. Aliás, nos depoimentos que tomamos dos antigos moradores, há sempre referência ao Parque Proletário com uma conceituação diferente da favela. Alguns referem-se a "antes do Parque virar bagunça, era tudo muito organizado", "aquilo ali virou uma favela, depois que Getúlio morreu ...".

Esta situação, no entanto, com o tempo, foi amenizada, em função de que grande parte dos moradores dos barracos construídos nestes espaços livres era constituída por parentes e conhecidos dos próprios moradores antigos do Parque, que tinham como alternativa mais viável a construção de novos barracos, destinados a abrigar, em muitas vezes, as famílias de uma nova geração local. Nesta época, já não havia quase nada que lembrasse o Parque Proletário, como concebido na sua forma original, e em tudo suas características eram a de uma favela, como qualquer outra da cidade do Rio de Janeiro.

Ainda durante o Governo de Juscelino, as edificações sanitárias para uso público, já haviam sido quase completamente desativadas e apresentavam aspecto bastante degradante. Aliás, o uso coletivo destes equipamentos, pela quantidade insuficiente e dificuldades de manutenção e limpeza, sempre se fez de forma um tanto precária. Inicialmente, a Administração concedia a alguns moradores a incumbência de organizar o seu uso, o que em pouco tempo acabou representando a privatização dos tanques para um determinado número de famílias, embora ainda permanecesse uma certa distribuição horária entre alguns moradores.

A partir do momento em que houve a possibilidade de ex

...

tensão da rede interna de abastecimento d'água e a construção de um maior número de bicas públicas de água, houve uma facilidade para que as próprias famílias, às suas expensas, realizassem obras que permitiam individualizar o uso sanitário.

A utilização de alguns moradores para desempenhar tarefas pagas de manutenção e limpeza de alguns dos equipamentos existentes, era usado também como uma forma de a Administração possuir "espiões" dentro do próprio Parque. Além do uso de banheiro e tanques de lavar roupa, havia também o controle, por exemplo, da utilização de mais de uma lâmpada, ou ferro de engomar elétrico (o pagamento da energia elétrica não era individualizado).

Os empregados da Administração faziam-se de guardiães destas ordens e, caso verificassem a desobediência a algumas destas regras, imediatamente era comunicada a Administração. A população, no entanto, respondia a estas ordens com jeitinhos, escondendo muitas vezes a sua utilização, através de alguns expedientes, tais como esconder o ferro elétrico e outros eletro-domésticos durante a visita das Assistentes Sociais, ou então utilizá-los com a casa totalmente fechada. (50)

Um fato, no entanto, que permanecia constante, era o grande nível de solidariedade existente no local. Esta solidariedade acontecia em função de diversos fatores de ordem político e social, tais como a forma pela qual os moradores se estabeleceram ali, a necessidade de se organizarem para a obtenção de determinados melhoramentos e, até mesmo, pa

...

(50) "A gente escondia o ferro na lata de arroz, quando a Assistente Social ia lá em casa ... (depoimento de ex-moradora)

ra continuarem garantindo a própria existência do Parque, cuja situação provisória durou mais de 30 anos. E nesta solidariedade os espaços livres existentes também foram importantes, na medida em que os espaços privados eram muito limitados, obrigando a que diversas atividades, que normalmente são realizadas na própria habitação, fossem realizadas em espaços públicos, para cuja utilização era importante o conhecimento de certas regras informais.

À respeito desta solidariedade, nota-se que era bastante comum a organização de comissões para consecução de determinados objetivos, tais como, quando em 1956, foi criada a Comissão de Luz do Parque Proletário.

Diversas formas de Associações espontâneas, além da Comissão de Luz, foram realizadas por seus moradores. Observa-se, no entanto, que estas formas de Associação aconteciam quase sempre de forma nuclearizada, em um determinado grupo de casas. Era grande o número de clubes de futebol, grupos carnavalescos, constituídos pelo "pessoal dos apartamentos", pelo "pessoal do Grupo 1" etc. ..., e quase sempre demonstrando as diferenças que existiam dentro do Parque.

A "burguesia local", constituída dos moradores privilegiados das casas de alvenaria, na frente do Parque, possuía uma Associação que promovia festas, concursos etc. ..., à semelhança dos clubes de classe média. A Escola de Samba, que havia nascido clandestinamente, com a construção de um barraco na encosta que circundava o Parque, teve mais tarde um local autorizado pela Administração para construção de sua sede, onde realizava seus ensaios. Os temas da Escola de Samba, nos seus desfiles de

carnaval, eram sempre aqueles voltados ao patriotismo da história nacional. Esta situação, que não difere num todo de grande parte das Escolas de Samba de então, tinha sua anti-tese no Bloco "Vira-Mundo", conforme já relatamos anteriormente.

De início, no Parque Proletário da Gávea, muito difícil era para sua população utilizar-se de mecanismos informais de complementação de sua renda, prática comum em agrupamentos habitacionais em que a pobreza seja a característica.

No entanto, em pouco tempo, uma série de elementos e um mercado informal intensíssimo passou a existir dentro do Parque, às vezes expandindo-se até mesmo para fora do núcleo. Uma gama intensa de serviços e atividades era exercida por seus moradores, tais como: costureiras, cabeleireiros, manicures, vendedores de picolés, de marmitas para operários do Prédio que foi construído na encosta do Parque (hoje denominado Conjunto do Parque Proletário da Gávea), venda de roupas à prestação, confeitos de bolos, doces e salgados para festas, aplicações de injeções à domicílios, escola particular, ensino de línguas estrangeiras, alfaiates, bordadeiras, creches improvisadas, prostitutas, aluguel de serviços para coleta de água nas bicas públicas, e uma infinidade de serviços para os quais não se hesitava nunca em combinar preços e condições.

3. O Espaço privado.

Conforme anteriormente relatado, a maioria das unidades ...

das necessidades principais de cada uma das famílias mas sempre representaram uma resposta racional ao que não havia sido previsto em projeto.

As "puxadas" que eram feitas sempre situavam-se na parte posterior das unidades, quando tratava-se da ampliação para a criação de uma cozinha. As "puxadas" na frente das unidades sempre se constituíam em salas ou aumento da área já existente para tal finalidade. Algumas unidades extendiam ainda mais estas apropriações, colocando banheiros individuais, às vezes até mesmo em alvenaria. (vide desenho nº 08) Ainda assim, muitas vezes, esses espaços ampliados eram insuficientes em função do número de pessoas na família e os moradores programavam suas casas de modo a que pudesse haver mais de uma função num mesmo espaço. Era bastante comum as salas transformarem-se em quartos à noite, seja através de mobiliário escolhido (sofás-cama, mesas de embutir, etc.) ou mesmo sem a mudança do mobiliário, através da colocação de um colchão, ou uma esteira, ou até mesmo da própria cama que permanecia na sala durante o dia, funcionando como sofá. Embora a gama de soluções apresentadas fosse bastante elevada, separamos alguns tipos de utilização em função dos diversos tipos de unidades, que denominamos, para fins de melhor compreensão, de módulos básicos, assim consideradas aquelas unidades constituídas de 2 cômodos projetadas originalmente. (vide desenhos nºs. 7, 8, 9 e 10)

Importante acrescentar também que estas apropriações nem sempre se constituíam na criação de espaços fechados de ampliação. Às vezes constituíam-se apenas em uma cerca onde as famílias plantavam, criavam alguns animais etc.. Esta observação talvez tenha explicação no fato de grande parte da população do Parque Proletário ter tido uma tradição ru

...

ral, constituída na sua grande parte de migrantes do campo.

As ampliações transformaram bastante o aspecto inicial do Parque Proletário, principalmente ao longo de suas vias principais, que, pela sua redução, passaram a não admitir o tráfego de veículos. Um aspecto positivo, no entanto, foi que isto representou a possibilidade de uma maior manifestação de cada família na constituição das fachadas de cada grupo, compensando um pouco a monotonia e linearidade existente originalmente. (vide desenhos N^os. 11, 12 e 13)

A distribuição das unidades aos moradores era em geral, realizada de acordo com o número de pessoas na família, sendo que cada unidade possuía um ou mais módulos, e até mesmo parte do que denominamos como módulo principal. (vide desenhos n^os. 07, 08, 09 e 10)

Algumas vezes esta distribuição de famílias nas unidades não obedecia rigidamente ao critério de tamanho da família, em função de determinados interesses políticos e de vínculos que porventura existissem entre estes moradores e a Administração Geral do Parque. Outras vezes, principalmente a partir do final dos anos 50, agrupava-se em uma unidade mais de uma família, constituídas de uma nova geração descendente da família originalmente locada na unidade ou constituídas de parentes ou conhecidos mais distantes, que eram abrigados pelas famílias que tinha o domínio da casa.

Estes fatos ocorreram quase que regularmente, durante a existência do Parque Proletário, apesar do controle permanente em relação ao acesso de novos moradores ao local. Diversos expedientes, com o beneplácito do restante da comunidade, eram utilizados para burlar a vigilância existente, tais como as famílias que estavam irregularmente no Parque afastarem-se quando das visitas das Assistentes Sociais e outras práticas.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

1. A FAVELA.

A Favela no Rio de Janeiro nasceu e proliferou em virtude da falta de outra alternativa habitacional para uma população pobre e migrante e seu crescimento ocorreu de uma forma viva e integrada ao próprio crescimento da cidade.

Fisicamente, a favela procurou valer-se da existência de áreas intersticiais, não valorizadas, cuja urbanização fosse incipiente. Sua ocupação, apesar de espontânea na maioria dos casos, obedeceu a uma racionalização, compreensível somente a partir das necessidades de sua população, que verificava as facilidades que uma localização adequada em relação ao mercado de trabalho lhe poderia proporcionar.

De modo geral, a população favelada cresceu a taxas mais elevadas do que as da própria cidade e caracterizou-se por ser uma população que trabalha, às vezes em taxas mais elevadas, em relação a média da cidade, embora seus padrões de habitabilidade, educação, saúde sejam inferiores à média citadina. Mesmo que estejamos repetindo algumas conclusões já verificadas em trabalhos anteriores, é importante enfatizá-las pelo fato de que afirmações contrárias sempre se levantam quando a remoção ou extinção torna-se "necessária", pela valorização excessiva que alcançaram as terras em que se encontram alguns destes aglomerados.

...

Consciente de sua inferioridade diante de um Sistema que lhe é adverso, o favelado busca sempre descobrir canais de intervenção que lhe possa garantir o espaço, visto como o mais adequado, considerando toda a estrutura que o envolve.

Ocorre que a cidade, como um todo, também carece de um sistema global de planejamento, que possa garantir às populações mais carentes formas diferentes de moradia, das que estamos acostumados a observar, entre elas a favela.

A ação do Poder Público, em relação à situação dos favelados sempre partiu de premissas advindas de uma existência diferente da existência da população atingida. Em nenhum momento, o seu envolvimento se deu a partir da aceitação de que a favela é a opção mais viável para um determinado segmento social. Todos os planos ou projetos que a envolveram nunca levaram em consideração o seu dinamismo interno e a sua forma de integração com o restante da cidade.

Durante determinados períodos da nossa história, quando o Poder necessita de um maior apoio político da massa trabalhadora, determinadas conquistas foram obtidas pelos favelados, sendo a maior delas a possibilidade da sua própria permanência nas favelas, apesar do controle e manipulação por parte do Poder.

A morte das favelas dá-se sempre em função do aumento do valor da terra que ocupam, quando a especulação atinge seus níveis mais altos. No entanto, essa expulsão somente é viabilizada quando canais de intervenção política do Sistema se fecham, pelo autoritarismo de Governos des

...

quantitativamente a favela, ou seja, sua localização, e no caso do Parque Proletário da Gávea esta era excepcional.

A história do Parque Proletário da Gávea de 1942 a 1973 é semelhante a história da própria favela carioca, e a população deste agrupamento respondeu apenas um pouco mais intensamente, às situações políticas que sobrevieram neste período. Esta intensidade, no caso do Parque, existiu em uma escala um pouco superior em função de suas próprias características específicas, pelo atrelamento ao Poder, desde sua origem, que a categoria de Provisório lhe obrigava.

É sobre esta resistência do Parque que passamos a comentar.

2. O PARQUE PROLETÁRIO.

O Parque Proletário, idealizado como provisório, a partir da visão sanitária-assistencial característica do Estado Novo, revelou-se incapaz de existir conforme projetado. A princípio seus idealizadores acreditavam que o problema principal das favelas residisse na ausência de hábitos semelhantes aos da classe média e que bastaria uma atuação maciça de Assistência Social por parte do Governo para que seus habitantes alcançassem os extratos mais elevados de renda.

A atuação empreendida, calcada nesta visão simplista em muito pouco tempo revelou-se ineficaz porque não foram modificadas as condições estruturais que estavam na raiz da própria condição do favelado. A po

breza não foi analisada ao nível das relações da força de trabalho e sim ao nível de sua aparência, de suas consequências.

A concepção do problema, que considerava ser possível sua solução através da atuação em apenas algumas de suas exteriorizações, tais como serviços médicos-assistenciais, educação, etc., fatalmente revelar-se-ia incapaz, por não estarem referidas outras condicionantes, tais como emprego, renda, etc e fundamentalmente a causa principal, a pobreza extrema de uma determinada classe social.

A sua situação provisória estendendo-se durante um bom período, tornou-o definitivo. A base filosófica do plano que criou o Parque Proletário, baseada no Corporativismo típico do Estado Novo, de inspiração neo-fascista, não prolongou-se durante muitos anos.

As mudanças ocorridas no Brasil, trazendo uma realidade diferente daquela que inspirou o plano inicial, fizeram com que, poucos anos depois o Parque Proletário da Gávea transformasse-se menos num exemplo típico de uma política governamental de habitação popular, ligada ao Estado Novo, do que o exemplo típico de uma população que utilizou mais intensamente que outros núcleos do jogo político que sucedeu à Ditadura de Vargas.

De uma situação provisória, com prazo aproximado de 2 a 4 anos para sua existência, consolidou-se uma situação, que durou de 1942 a 1973, ou sejam 31 anos de vida. Assim, pelo menos uma geração formou-se, beneficiando-se do fator por nós considerado como principal na constituição do Parque Proletário: a localização.

...

Constituído de uma população pobre, desfavorecida e que já tinha sido objeto de remoção quando foram morar no Parque Proletário, na da mais natural do que esta população procurasse retardar o mais possível qualquer outra intervenção em suas vidas, o que fatalmente acabaria aconte cendo.

Ocorre que, consciente da situação desvantajosa em que se encontrava na relação à sociedade, ao habitante do Parque só coube utili zar-se ao máximo de qualquer tipo de espaço livre para consecução de seus objetivos.

O próprio período populista vivido demonstra nossas ob servações. Se de um lado não resultou na solução do problema principal do Parque Proletário, ou seja, a eliminação do seu nível de pobreza, por outro lado assegurou aos seus moradores a permanência no local, e consequentemen te o acesso aos benefícios que esta permanência lhes trazia, ao contrário do que ocorre nos Conjuntos Habitacionais para onde foram posteriormente transferidos.

Portanto, qualquer tentativa de abordagem da problemáti ca de favelas deverá levar em consideração preliminarmente as causas do pró prio problema e suas variáveis políticas. Caso contrário qualquer tentati va, mesmo à nível técnico, esbarrará nos demais componentes do problema. Fundamentalmente, este foi o grande motivo do insucesso do programa que ins tituiu os Parques Proletários, cuja concepção não levou em conta, em nenhum momento, a situação de pobreza de seus habitantes e suas causas.

É óbvio que não basta a retomada do processo democrático de eleições para assegurar aos favelados a solução de seus problemas mas fica claro que esta retomada facilita a atuação dos mesmos para consecução de seus objetivos principais e imediatos.

Quanto aos aspectos relativos à relação da favela e de seus moradores com a estrutura do Poder muita coisa pode ser observada. De início, quando estas relações são mais rígidas, há evidentemente um enfraquecimento do poder de barganha da população, embora a mesma busque utilizar intensamente os espaços livres existentes, sob forma de negociações ou mesmo de burla.

Foi assim no Parque Proletário, quando apesar das rígidas normas fixadas pelo Poder Público, sua população nem por isso deixava de realizar ações que eram proibidas, tanto dentro quanto fora do Parque, buscando se utilizar das mais diversas formas de burla a estas normas.

Assim que estas relações se tornaram mais flexíveis, "et pour cause", a população busca garantir a sua própria permanência no local, não mais provisoriamente mas sim definitivamente, e consegue por um espaço de mais de trinta anos, numa época em que o voto, as eleições, enfim permitiam a uma população pobre e carente um maior poder de barganha.

Por outro lado, a atuação do Estado sempre manifestou-se de forma a não permitir a consolidação da favela. Quando lhe garantia a permanência no local o governo negava-lhe condições mais significativas de saúde, equipamentos, infra-estrutura etc.

...

No entanto, ao longo dos anos, a utilização destes espaços trouxe algumas vantagens para seus moradores. A existência de espaços livres entre as habitações, permitindo a que diversas atividades de caráter de vizinhança e comunitária tivessem lugar, contribuiu sobremaneira para que a população as exercitasse de maneira bastante intensa.

A existência destes espaços externos livres foi parcialmente prejudicial pela apropriação dos mesmos ao longo do tempo pelos moradores. Isto sucedeu, em grande parte, pela alta densidade que havia no Parque Proletário e pela exiguidade do espaço privado, fazendo com que a população se apropriasse do espaço comum.

A importância da existência de espaços livres para atividades diversas, definidas a partir das necessidades da comunidade, deve ser considerada em qualquer projeto de alojamento de população, seja em conjuntos habitacionais seja em outros tipos de comunidade mais espontâneas.

No entanto, há necessidade de considerarmos que qualquer projeto deve partir de um padrão mínimo de área, onde o morador possa ter suas atividades de caráter privado familiar. Ao mesmo tempo, este espaço teria de ser projetado de uma forma que permitisse a manifestação livres das necessidades de cada família, pois cada uma vai expressá-las independentemente, sem padrões definidos.

Importante também frisar que, tanto as atividades de caráter privativo como as de caráter de comunidade, tem que ser definidas a partir das próprias comunidades e que padrões impostos de utilização são ineficazes do ponto de vista da utilização.

A existência de vias que permitam o trânsito de veículos é também um padrão importante a ser considerado, já que isso permitiu o acesso direto a um grande número de serviços que somente são possíveis através do transporte, tais como: caminhões de entrega de gás, ambulância, comércio etc...

O equipamento comunitário também deve ser considerado a partir do próprio Bairro e local no qual esteja incluído o núcleo em que se estuda. Esta observação pode ser verificada pela utilização dos moradores do Parque Proletário da Gávea que intensamente utilizavam o equipamento do Bairro, apesar de algumas vezes possuí-lo internamente. Este procedimento é uma forma de reconhecimento e integração do próprio núcleo com o Bairro onde está inserido.

A nosso ver, portanto a intervenção física em qualquer nível, seja de projeto de instalação, ou urbanização de qualquer comunidade, deve se basear em elementos simples de garantia e execução da infraestrutura necessária para a população objeto; a determinação de um padrão mínimo de áreas livres tanto privativas, como comunitárias onde pudessem ser determinadas as funções de cada comunidade a partir de suas necessidades; e finalmente integrar o núcleo ao Bairro, seja através dos seus equipamentos, ou de suas vias de penetração.

Finalmente, acreditamos ter realizado através do presente estudo, uma contribuição à compreensão de parte dos problemas que envolvem a realidade brasileira, no que se refere a problemática habitacional.

Creemos ser oportuno o estudo de situações passadas, a fim de que sirvam como reflexão para o estabelecimento de planos e condições futuras. É óbvio que o estudo em si não se constitui essencialmente na busca de comprovação de uma hipótese original e sim busca abordar e analisar um determinado fenômeno, a fim de melhor compreendê-lo.

Este enfim é o objetivo principal de nosso estudo, a partir do qual, muito se poderia utilizar para outros estudos complementares e afins.

PROFISSÕES DO PARQUE PROLETÁRIO DA GÁVEA

(1952)

Lavadeiras e engomadeiras	183	3,47%
Pedreiros, serventes, estucadores, gessadores	135	2,56%
Domésticas, cozinheiras e ajudantes	122	2,31%
Tecelões	108	2,51%
Costureiras, bordadeiras e ajudantes	107	2,03%
Operários de laboratório	107	2,03%
Empregados em tinturaria	86	1,63%
Motorista e ajudantes de caminhão	83	1,57%
Serventes e faxineiros	82	1,55%
Seladores, fiand. arreadores e macroqueiros	61	1,10%
Operários de fábricas	60	1,14%
Bombeiros eletricitas hidráulicos e aprendizes	57	1,08%
Comerciários e balconistas	57	1,08%
Pintores e aprendizes	48	0,91%
Carpinteiros, marceneiros e ajudantes	43	0,81%
Eletricitas e aprendizes	43	0,81%
Funcionários Municipais (e guardas municipais)	39	0,75%
Aposentadores do Instituto e Caixas	36	0,68%
Diversos	33	0,62%
Mecânico e ajudante	31	0,58%
Militares	31	0,58%
Cavaliários do Jockey	30	0,57%
Copeiras e arrumadeiras	30	0,57%
Garis da P.D.F.	24	0,45%
Governantas e amas	23	0,43%

...

Secretários, escriturários e auxiliares	23	0,43%
Caixeiros	22	0,41%
Funcionários federais	21	0,39%
Alfaiates e contra mestres	20	0,38%
Confeiteiros, padeiros e ajudantes	19	0,36%
Embaladores, rotuladores e picotadores	24	0,45%
Remetedor, meador e arrematador	19	0,36%
Entregadores	19	0,36%
Biscateiros	18	0,34%
Enfermeiros e auxiliares	17	0,23%
Vigias	17	0,32%
Lanterneiros	16	0,19%
Jardineiros	16	0,30%
Serralheiros e ferreiros	16	0,30%
Vendedor e vendedores ambulantes	15	0,28%
Funcionários do Parque (título precário)	14	0,27%
Marítimos	14	0,27%
Beneficiados em geral	14	0,27%
Empregados do Jackey Club	13	0,24%
Sapateiros	13	0,24%
Porteiros e zeladores	12	0,22%
Tiradores, fechadores e aprendizes	11	0,20%
Garagistas, guardadores e lavadores de carro	11	0,20%
Manicure, cabeleireiros, barbeiros	10	0,20%
Garçon e cafeteiros	10	0,19%
Funcionários D. G. Telégrafos	9	0,17%
Açougueiros	9	0,17%
Condutores e motorneiros	8	0,13%

...

Ladrilheiros	8	0,15%
Empregados de farmácia e drogaria	8	0,15%
Empreiteiros, serventes, fiscal e mestre de obras	7	0,13%
Estofadores	7	0,13%
Espuladores, bobineiros, cortadores	7	0,13%
Não declararam	7	0,13%
Pescadores e peixeiros	6	0,11%
Empregados de quitanda, mercadinho e verdureiros	8	0,15%
Ascensoristas	6	0,11%
Dobadeiras	6	0,11%
Alvejadores	6	0,11%
Tipógrafos	6	0,11%
Armador e armadores de ferro	5	0,09%
Calcoteiros	5	0,09%
Vimeiros	5	0,09%
Trocadores	5	0,09%
Carregadores	4	0,07%
Servente de obras	4	0,07%
Ciclistas	4	0,07%
Feirantes	4	0,07%
Conferentes	4	0,07%
Light	5	0,09%
Batedores	4	0,07%
Botociros, noveleiros e caseadeiras	4	0,07%
Lustradores	4	0,07%
Vendedores de doces	3	0,05%
Cobradores	3	0,05%
Borracheiros	3	0,05%

...

Carregadores	3	0,05%
Gravador e ajudante	3	0,05%
Bancários	3	0,05%
"Office-boy" e contínuo	3	0,05%
Caixa e auxiliares	3	0,05%
Bilheteiros	3	0,05%
Capoteiros	3	0,05%
Funcionários da City	3	0,05%
Escreventes	2	0,03%
Banhistas	2	0,03%
Rádio-técnicos	2	0,03%
Foguistas	2	0,03%
Aeroviários	2	0,03%
Aposentadores militares	2	0,03%
Empregados de cinema	2	0,03%
Guardador e transportador	2	0,03%
Operários gráficos	2	0,03%
Penteadeiras	2	0,03%
Empacotadores e pescadores	2	0,03%
Aposentados não declarados	2	0,03%
Fundidores	2	0,03%
Relojoeiros	2	0,03%
Lapidadores	2	0,03%
Corretores	2	0,03%
Gerentes	2	0,03%
Estampadores	2	0,03%
Engraxates	2	0,03%
Bailarinas	2	0,03%
		...

Telefonistas	2	0,03%
Metalúrgicos	2	0,03%
Taqueiros	2	0,03%
Termistas e torneiros	2	0,03%
Marmoristas	2	0,03%
Montadores	2	0,03%
Azeiteiros	2	0,03%
Apontadores	2	0,03%
Músicos	2	0,03%
Vidraceiros	1	0,01%
Perfurador	1	0,01%
Acondicionador	1	0,01%
Maquinista P.D.F.	1	0,01%
Ajustador	1	0,01%
Radiotelegrafista	1	0,01%
Caldereiro	1	0,01%
Leiteiro	1	0,01%
Remendadeira	1	0,01%
Encadernador	1	0,01%
Lubrificador	1	0,01%
Moldureira	1	0,01%
Revistadeira	1	0,01%
Afinador do piano	1	0,01%
Auxiliar do dentista	1	0,01%
Aposentado municipal	1	0,01%
Vendedor de móveis	1	0,01%
Lavrador	1	0,01%

...

Vendedor de ervas	1	0,01%
Contador	1	0,01%
Engraxador	1	0,01%
Aposentados	1	0,01%
Torcedora	1	0,01%
Limador	1	0,01%
Empregado de hotel	1	0,01%
Birosqueiro	1	0,01%
Litógrafo	1	0,01%
Datilógrafo	1	0,01%
Telefonista	1	0,01%
Parteira	1	0,01%
Carvoeiro	1	0,01%
Carroceiro	1	0,01%
Estivador	1	0,01%
Fornecedores de marmitas	1	0,01%
Roupeiro	1	0,01%
Retratista	1	0,01%
Leiteiro	1	0,01%
Leiloeiro	1	0,01%

TOTAL..... 2.554

NOTA: 2.554 profissionais correspondem a 46,41% do total da população do Par
que. Foram incluídas no ítem "militares" também aquelas que se encon
tram servindo no exército.

BIBLIOGRAFIA

ALDANA, L. Ramón -

"Dialética do subdesenvolvimento"

Ed. Paz e Terra, 1968.

BANDEIRA, Moniz -

"O Governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil"

Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1977.

BERNARDES, Lysia -

"Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro"

Revista Brasileira de geografia - julho/outubro 1967.

BNH - Plano Nacional da Habitação - Legislação nº 1.

Rio, 1972.

BOGADO, Laura Torres -

"Parque Proletário Provisório nº 1 - Planejamento de um Serviço Social"

Tese de conclusão de curso - PUC - Escola de Serviço Social, Rio, 1953.

BOLAFFI, Gabriel -

"O problema e o falso problema" - Comunicação ao Simpósio de Habitação da XXVII reunião anual do SBPC - julho 1975.

BRITTO, Maristela -

"Estudo de uma área de segregação no Rio de Janeiro: A Cruzada São Sebastião" - COPPE/UFRJ, setembro 1975.

CARDOSO, F. Henrique - IANNI, Otávio -

"Homem e sociedade" - leituras básicas de sociologia geral.

Companhia Editora Nacional, 1968.

CARLSON, Eric -

"Financiamento de Habitações".

Caderno do CENPHA 2 - 1967.

CEHAB-RJ -

Documento apresentado ao II Encontro Regional de Técnica de Desenvolvimento comunitário - 1979.

CINTRA, Antonio Otávio -

"Desenvolvimento Urbano e Metropolitano no Brasil: Uma análise política" mimeo, 1977.

CHISAM -

"Metas alcançadas e novos objetivos do programa"

Rio, 1970.

CHOMBART DE LAUNE, P. M. -

"Des Hommes et Des Villes" - Petite Bibliothèque Payot - Paris, 1963.

CHUDACOFF, P. Howard -

"A Evolução da Sociedade Urbana"

Zahar Editores, 1977.

COPPE - PUR/DEZ, 78 (diversos)

"O quebra-quebra de 5 de julho de 1962"

Ed. pp. COPPE-UFRJ - 1968.

DODSWORTH, Henrique - "Favelas"

Correio da Manhã - 28/3/56.

FURTADO, Celso -

"Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina"

Ed. Civilização Brasileira, 1968.

GALLANO, Ester -

"Serviço Social aplicado à infância"

Trabalho de conclusão de curso da Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro, 1953.

GEIGER, P. Pedro -

"Evolução da rede urbana brasileira"

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - Ministério de Educação e Cultura, Rio, 1963.

GOULART, José Alípio -

"Favelas do Distrito Federal" - Rio, 1950.

IANNI, Otávio -

"Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 - 1970)"

Editora Civilização Brasileira, Rio, 1977.

IBGE - Censo Demográfico 1950.

"Resultados relativos à população das favelas do Distrito Federal, 1950".

IBGE - Censo Demográfico 1960.

"Favelas da Guanabara - série especial vol. 4".

IBGE - Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

"A Habitação e a infra-estrutura domiciliar nas regiões metropolitanas brasileiras: o caso de Recife e São Paulo", 1972.

IBGE - Pesquisa nacional para amostra de domicílio - PNAD 1972 - Grande Rio e Grande São Paulo.

IUPERJ - "Como entrevistar"

Instruções específicas do processo de entrevista, Rio, 1979.

KAES, René -

"Vivre dans le grands ensembles" - Les Editions ouvrières, Paris, 1963.

KLEIMAN, Mauro -

"Acabar com as favelas - Parques Proletários provisórios: uma Interven
ção na Prática" - chão revista de arquitetura nº 2, Rio, junho/julho/
agosto 1978.

LEEDS e LEEDS, Anthony, Elizabeth -

"A Sociologia do Brasil Urbano"

Zahar Editores - Rio, 1978.

LIMA, Eitel de Oliveira -

"Parques Proletários provisórios, algumas considerações" - Departamento
de Assistência Social - Rio, 1960.

MANN, H. Peter -

"Métodos de Investigação Sociológica" - Zahar Editores, Rio, 1979.

MEDINA, Carlos Alberto -

"A Favela e o demagogo".

mimeo, Rio, 1964.

MOURA, Vitor Tavares -

"Aspectos do Distrito Federal" - Rio de Janeiro, Gráfica Sauer, 1943.

MOURA, Vitor Tavares -

Arquivo particular, Rio de Janeiro.

Recortes de jornais, documentos de 1940 a 1947.

AZEVEDO, Marlice - OLIVEIRA, Ney - SANTOS, Zilda -

"A localização residencial e as implicações da política habitacional na Área Metropolitana do Rio de Janeiro".

mimeo - COPPE, Rio, 1978.

AZEVEDO, Marlice - OLIVEIRA, Ney -

"As relações de dependência e sua influência no processo de formação das metrópoles latino-americanas".

mimeo - COPPE, Rio, 1977.

PARISSE, Lucien -

"Favelas de l'agglomeration de Rio de Janeiro, leur place dans le proces sus d'urbanization" - Tese para doutorado, Universidade de Strasbourg , 1970.

PARISSE, Lucien -

"Las Favelas en la expansion urbana de Rio de Janeiro"

Estudio geográfico - América Latina, 12/7/43.

PARISSE, Lucien -

"Favelas do Rio de Janeiro - Evolução - Sentido" - Cadernos do CENPHA 5
Rio de Janeiro, 1969.

PERLMAN, Janice -

"O Mito da marginalidade - Favelas e Política no Rio de Janeiro".
Editora Paz e Terra, 1977.

QUIJANO, Aníbal D. -

"Dependência, Cambio Social y Urbanizacion en Latinoamerica".
mimeo, 1976.

SANTOS, F. Carlos Nelson -

"Estarão as pranchetas mudando de ramo?" - Revista de Arquitetura CHÃO
nº 1 - março 78.

SANTOS, F. Carlos Nelson -

"Voltando a falar de favelas por causa das periferias".
mimeo, Rio, 1979.

SANTOS, F. Carlos Nelson -

"Algumas considerações sobre as possibilidades dos planos de desenvolvimento das favelas - Caso de Brás de Pina".
mimeo, Rio, 1978.

SANTOS, Milton -

"Pobreza Urbana".
Editora Hucitec, 1978.

SILVA, Adelaid Margarida -

"Estudo sobre um Inquérito Social realizado no Parque Proletário Provisório nº 1" - PUC - Instituto Social, Rio, 1953.

SILVA, Machado A. Luiz -

"A Política na Favela".

mimeo, 1978.

SILVA, N. Maria Hortência -

"Impressões de uma assistente sobre o trabalho na favela".

Gráfica SAUER - Rio, 1942.

SINGER, Paul -

"O uso do solo urbano na economia capitalista".

mimeo, São Paulo, 1978.

TURNER, John C. -

"Nueva Vision del Deficit de Vivienda" - artigo p/Semanário de San Juan, Universidade de Puerto Rico, Rio Piedras, Puerto Rico, abril, 1966.

TURNER, John C. -

"Habitação de Baixa renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras" - Revista Arquitetura, 1976.

TURNER, John C. -

"Barreiras e Canais para o Desenvolvimento Habitacional nos Países em vias de Desenvolvimento" - artigo ARIBA, 1976.

UFRJ - "Seminário Interuniversitário para exame das consequências das chuvas e enchentes de janeiro 1966 na GB e áreas vizinhas".

VALLADARES, P. Licia -

"Favela, Política e Conjunto Residencial" - Revista Dados - IUPERJ n^o 12 - Rio, 1976.

VALLADARES, P. Licia -

"Passa-se uma casa - Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro" - ZAHAR Editores - Rio, 1978.

VELHO, Gilberto -

"A utopia urbana - Um estudo de Antropologia Social".
ZAHAR Editores, Rio, 1978.

O GLOBO - 20/11/41.

"Fora da lei os Donos das Favelas".

DIÁRIO DA NOITE - 11/03/42.

"As favelas vão mesmo abaixo".

O GLOBO - 20/05/42.

"Começou a extinção das favelas cariocas".

DIÁRIO DA NOITE - 25/05/42.

"Fogueira de quase um quilômetro entre a Gávea e o Leblon. Queimada a Favela do Largo da Memória".

O GLOBO - 25/05/42.

"Destruída pelo fogo a favela do Largo da Memória".

O GLOBO - 04/11/43.

"Tem uma casa proletária o próprio chefe de governo - Revelações interessantes de uma reportagem na cidade que nasceu num recanto da Gávea".

FOLHA CARIOCA - 19/09/44.

"Foi declarada Guerra às Favelas".

O GLOBO - 01/10/45.

"Casas Baratas para substituir as favelas".

...

O GLOBO - 03/10/45.

"Observações econômicas" - "Causas e efeitos".

O GLOBO - 19/10/45.

Artigo com o título "FAVELAS" de Henrique Dodsworth.

CORREIO DA MANHÃ - 28/03/56.

"Favelas".

JORNAL DO BRASIL - 02/03/69.

"Um terço das 215 favelas do Rio desaparecerá em 2 anos".

O GLOBO - 16/02/71.

"A Favela acaba aos poucos".

JORNAL DO BRASIL - 10/05/71.

"Erradicação das favelas no Rio não deve se completar em 1976".

JORNAL DO BRASIL - 27/11/72.

"COHAB tira 600 famílias do Parque da Gávea e leva-as para conjuntos na Zona Norte".

O GLOBO - 06/12/73.

"No Parque da Gávea, 600 famílias tentam sobreviver".

JORNAL DO BRASIL - 02/01/74.

"Moradores do Parque da Gávea sairão ainda este mês".

JORNAL DO COMÉRCIO - 15/01/74.

"A COHAB não fala, mas a favela da Gávea será removida em 15 dias".

JORNAL DO BRASIL - 19/01/74.

"COHAB separa pais e filhos na hora da renda familiar".

JORNAL DO BRASIL - 22/01/74.

"Remoção de 700 famílias da Favela da Gávea para Padre Miguel começa na 5a. feira".

JORNAL DO BRASIL - 23/01/74.

"Mudança frustra no Parque Proletário da Gávea desejo de ir para Cidade de de Deus".

O GLOBO - 24/01/74.

"Paciência, mudança que não agrada a favelados".

O GLOBO - 25/01/74.

"50 famílias já deixaram o Parque".

JORNAL DO BRASIL - 15/02/74.

"Saída de favelado termina hoje".

JORNAL DO BRASIL - 24/04/74.

"Favelas só acabam se casa nova for perto do emprego".

...

JORNAL DO BRASIL - 29/12/75.

"Professor de Stanford ataca plano de favela".

O GLOBO - 13/06/76.

"Fim das Favelas, sô com estocagem de terras".

JORNAL DO BRASIL - 03/04/77.

"Favelas sô são removidas por obra ou acidente".

O GLOBO - 31/03/78.

"Das favelas para os conjuntos. E nos conjuntos, novas favelas".